

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS QUESTÕES DOS LIMITES**  
**GEOGRÁFICOS ENTRE OS ESTADOS DE MATO GROSSO E PARÁ, REALIZADA NO DIA**  
**12 DE MAIO DE 2026, ÀS 9H.**

---

PRESIDENTE - NININHO

O SR. PRESIDENTE (NININHO) - Meu bom dia a todos e a todas.

Autoridades presentes, senhoras e senhores, declaro aberta esta audiência pública requerida por mim, em parceria com os nossos deputados, Deputada Janaina, Deputado Diego Guimarães, Deputado Gilberto Cattani e Valdir Barranco, que fazem parte desta comissão.

Invocando a proteção de Deus, e em nome da sociedade mato-grossense, declaro aberta esta audiência pública requerida por mim, em parceria com os colegas deputados, com a finalidade de debater os impactos impostos pelos limites geográficos entre o Estado de Mato Grosso e Pará, no ponto conhecido como Salto das Sete Quedas, e resguardar a segurança jurídica e os direitos da população afetada, buscando acordo para evitar o litígio prolongado entre os entes federativos.

Quero convidar aqui para compor a mesa conosco nosso prefeito, nosso amigo, Osmar Antônio Moreira, prefeito de Paranaíta. Quero convidar também aqui para compor a mesa o nosso amigo, prefeito Chico Gamba, prefeito de Alta Floresta; prefeito Casciano, aqui, nosso amigo de Novo Mundo; Adriane Rippel, secretária da cidade de Garantã do Norte, aqui representando o prefeito Alberto Márcio Gonçalves.

Eu vou convidar aqui, representando todos os vereadores e os presidentes das Câmaras, presidente Ailton, da Câmara de Alta Floresta, nosso amigo, e o nosso amigo vereador Adimilson, presidente da Câmara de Paranaíta, sentem-se para compor a mesa conosco.

Em primeira mão, agradeço aqui a presença de todos que se deslocaram dos seus municípios para virem aqui para fazer essa discussão, uma discussão que diz respeito a muitas famílias que ali moram, que estão nessas áreas afetadas, que não sabem mais aonde recorrer para buscar o seu direito como cidadão.

Então eu quero ainda aqui, em nome do meu amigo, que é procurador-geral desta Casa, Ricardo Riva, e em nome dele e do Bruno, cumprimentar aqui, agradecer o apoio, Osmar, de todos os procuradores, que têm sido grandes parceiros, entusiastas, que têm feito um trabalho brilhante, ajudando a buscar essa solução. Então, obrigado aí, e estenda a todos os demais colegas, Ricardo, a nossa gratidão.

Quero ainda aqui convidar para compor a mesa conosco o meu colega, amigo, Deputado Wilson Santos. Esse é um historiador que nós vamos requerer para ir lá no ponto geográfico ajudar a solucionar esse problema, Wilson, você que é o maior historiador aqui da Assembleia Legislativa. Então vamos... dando início a esse trabalho, Wilson, porque você está chegando, nós estamos aqui colocando em pauta aqui a rediscussão, Wilson, dos limites do Estado de Mato Grosso com o Pará, onde eu acho que faltou um pouco de atenção dos governos, não o atual, mas os anteriores, de terem procurado acompanhar mais de perto essa questão, ficou meio deixado de lado.

E lógico, nós sabemos que ali o maior adversário nosso, que não querem, que não tinham interesse que isso fosse solucionado, Wilson, chama-se Base Aérea do Cachimbo. Então, os militares que ali estão não queriam essa divisão, porque essa divisão iria cortar a gleba no meio, e eles iriam pertencer... a base aérea ficaria em dois Estados.

Então, foi essa demarcação equivocada, que eu acho que não foi equivocada, que foi premeditada, foi feita justamente com o objetivo de deixar a base aérea somente no Estado do Pará. Isso ocorreu quando foi decretada... criada a base, aí pegou-se o ponto geográfico da Cachoeira das

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS QUESTÕES DOS LIMITES**  
**GEOGRÁFICOS ENTRE OS ESTADOS DE MATO GROSSO E PARÁ, REALIZADA NO DIA**  
**12 DE MAIO DE 2026, ÀS 9H.**

---

Sete Quedas, voltou para o Salto das Sete Quedas, no Bico do Papagaio, onde causou todo esse transtorno, Wilson.

E o mais estranho, que eu acho que foi uma coisa premeditada, foi porque, eu mesmo estou nessa região, desde 1986, e eu nunca vi em lugar nenhum uma demarcação de Estado, Wilson, com um picadão lá de 30, 40 metros, aberto tudo no braço, não tinha máquina na época, foi aberto tudo braçal, e você até hoje identifica, você sobrevoando, você identifica o limite do Estado. Então isso prova que havia uma intenção de querer surrupiar essa área pertencente a Mato Grosso.

E eu quero depois... eu quero... aqui tem um vereador de Guarantã, que depois eu quero que ele faça uso da fala, colocando o conhecimento dele de um marco que se encontra lá no limite oficial. E, na semana passada ou retrasada, esteve um vereador, lá de Vila Rica, lá do outro lado, que trabalhava em uma fazenda, e ele, dentro dessa fazenda, tem o marco geográfico também com as coordenadas, o marco de concreto, onde é a linha oficial. Então, isso é muito claro que teve equívoco.

E eu tenho uma lembrança, que o Blairo me passava há muitos anos, ainda ele me falava: “Olha só, Nininho, o que que é a inteligência de um homem. Marechal Cândido Rondon, há tantos anos, desceu aí de barco com a sua equipe e foi lá num ponto, cravou um marco, com uma coordenada, tirada por uma bússola, e agora teve uma perícia que foi lá, com GPS, e a questão de 15... 20 metros, foi localizado esse marco.

Só que essa informação não foi apreciada pelo Supremo, apreciou-se a perícia que foi feita pela Base Aérea do Cachimbo. Então, esse foi o grande problema, o grande adversário nosso chama-se Base Aérea do Cachimbo, que não tinha interesse.

E com mais um motivo: como ali era uma área, uma divisa com Mato Grosso, uma linha seca, próxima a Alta Floresta - né, Chico? -, em 1986, chegou um experto lá, com um mapa e tudo, de uma colonizadora, mostrando e vendendo lotes, vendendo lotes, dali até o Rio Azul, da divisa, do limite até o Rio Azul. E muitos, de boa-fé, e eu fui um deles, nós éramos 12, compramos 12 lotes de 1.000 alqueires, compramos de boa-fé, foi pago.

E depois de tudo isso - nós estávamos lá desde 1986, isso foi lá em 2000 -, depois foi detectado que ali era Base Aérea do Cachimbo. Aí foi feita... toda essa população que ali está... pegou até Paranaíta, são, acho, mais de 400 proprietários - né, Chico? -, 300... 400, Osmar. E aí fomos a Brasília, já estava tudo consolidado, de boa-fé, e Fernando Henrique Cardoso baixou um decreto tirando toda essa área ocupada e passando para o Iterpa, do Pará, titular essas famílias.

E em 2002 nós tivemos um evento - eu até estava esta semana em Paranaíta, encontrei lá alguns amigos -, que já foi lá numa propriedade minha, já tinha um secadorzinho, lá no meio do mato, um barracão, e teve lá umas 700... 800 pessoas no dia, famílias que foram de todo lado, foi feito lá, foi o Ronaldo Barata, que era o presidente do Iterpa, o senador Wellington foi junto naquela época, e nós fizemos a entrega dos títulos definitivos. Porque daí o Iterpa nem emitiu o título provisório, já emitiu o título definitivo, dando documento oficial a todos que ali estavam.

Então, ali é toda uma história, e aí logicamente a base aérea perdeu essa parte, ela não ia estar conformada em ficar com Mato Grosso, que não era interesse dela. Então eu acho que o maior problema nosso aí foi a questão da base, e, por ser os militares, o Supremo se apegou muito às informações deles e não viu o que é correto.

Porque é muito claro, Wilson, quando você vai pegar a cartografia de quem foi lá demarcar, Marechal Cândido Rondon, toda a equipe, você olha, você sai do Salto Augusto, no Rio Juruena, ela é uma linha reta, e a linha reta dá lá na Cachoeira das Sete Quedas. Então é muito claro que eles não iriam fazer um dente ali na divisão do Estado naquela época. Iriam fazer isso aqui? (FAZ

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS QUESTÕES DOS LIMITES**  
**GEOGRÁFICOS ENTRE OS ESTADOS DE MATO GROSSO E PARÁ, REALIZADA NO DIA**  
**12 DE MAIO DE 2026, ÀS 9H.**

---

GESTO COM A MÃO) Não iriam nunca. Era o rumo... é o que todos os documentos da época estão dizendo.

Mas, enfim, eu quero aqui... acho que não sei se nós fazemos uma apresentação rapidamente, põe aí para todos entenderem mais ou menos do que se trata, e aí depois nós vamos para a discussão, ouvir os prefeitos, ouvir os nossos procuradores, os representantes aqui dos municípios, está aqui a procuradora de Paranaíta também. Aí posteriormente vamos passar a palavra a todos.

Então, vê se consegue passar para nós aí.

(A APRESENTAÇÃO É FEITA POR MEIO DE SLIDES.)

O SR. PRESIDENTE (NININHO) - Esse documento, só para alertar - eu quero agradecer aqui mais uma vez à Procuradoria -, foi o doutor Bruno, Bruninho, que elaborou esse documento, esse roteiro todo, que ele esteve conosco também lá em Brasília, e ele elencou todo o impasse, do que se trata a discussão, e aí tem essas informações.

(SLIDES SÃO APRESENTADOS - PAUSA.)

O SR. PRESIDENTE (NININHO) - Isso aí ele está elencando todos os direitos: saúde, educação, transporte escolar, aí ainda tem que incluir a segurança, que temos um grande problema, por se tratar de outro Estado, muitas vezes a polícia de Mato Grosso fica impedida de agir dentro do Estado do Pará.

(SLIDES SÃO APRESENTADOS.)

O SR. PRESIDENTE (NININHO) - Nessa região já tem um grande potencial da pecuária. A agricultura já entrou fortemente. Porque a maneira... as pessoas estão ali há muitos anos, e a maneira de recuperar as pastagens é consorciando com a agricultura para poder dar viabilidade. Então, com isso, cria-se um transtorno ainda maior, porque o movimento é maior, tem que ter conservação de estrada para escoar essa produção, tem todo um aparato aí.

(SLIDES SÃO APRESENTADOS.)

O SR. PRESIDENTE (NININHO) - Essa questão tributária é um dos maiores impasses que nós temos. E, não contando com a questão sanitária, Wilson, a janela muitas vezes do Ideia não condiz com a janela... com os mesmos tratamentos que são dados na questão sanitária do Pará. Muitas vezes para o lado de cá está liberado e para o lado de lá não, ou libera lá e aqui não, aí essa produção não pode ser comercializada, porque ela não pode adentrar o nosso Estado, porque não tem permissão. Então o impasse realmente...

(SLIDES SÃO APRESENTADOS.)

O SR. PRESIDENTE (NININHO) - Regularização fundiária e registros imobiliários: a pessoa, para registrar uma cédula ou algo assim, é...

(SLIDES SÃO APRESENTADOS.)

O SR. PRESIDENTE (NININHO) - Crédito Rural também é...

(SLIDES SÃO APRESENTADOS.)

O SR. PRESIDENTE (NININHO) - Ali está mostrando onde foi a linha que... na cartografia diz que é numa linha reta, pegando o Salto Augusto a Cachoeira das Sete Quedas. E aí, em vez de pegar na linha reta, pegou embaixo, que tem um ponto ali no rio também, que é o Salto das Sete Quedas, e aí pegou o Salto, onde ficou esse impasse todo.

(SLIDES SÃO APRESENTADOS - PAUSA)

O SR. PRESIDENTE (NININHO) - Olha lá, essa aí é a área, essa área aí acho que perfaz 2,1 milhões de hectares, atinge os municípios... do lado do Pará é Altamira, Cumaru do Norte, Jacareacanga, Novo Progresso, Santana do Araguaia e São Félix do Araguaia (LEIA-SE: SÃO FÉLIX DO XINGU), são os municípios afetados do lado do Pará.

Então, eu acho que aí era simplesmente para entender melhor essa questão.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS QUESTÕES DOS LIMITES**  
**GEOGRÁFICOS ENTRE OS ESTADOS DE MATO GROSSO E PARÁ, REALIZADA NO DIA**  
**12 DE MAIO DE 2026, ÀS 9H.**

---

Eu gostaria agora... eu vou passar, começar aqui com o nosso prefeito Osmar, que tem um conhecimento profundo dessa causa, sempre tem acompanhado, passo a passo, para que você faça o uso da fala, Osmar, e faça o ...

O SR. OSMAR ANTÔNIO MOREIRA - Meu bom-dia a todos.

Quero aqui cumprimentar o Deputado Nininho, presidente desta audiência, o Deputado Wilson Santos, que já esteve conosco em outras reuniões. Quero cumprimentar os prefeitos aqui, presidentes de Câmaras, de Paranaíta e de Alta Floresta; doutor Ricardo, procurador-geral da Assembleia, em seu nome, cumprimentar todos os procuradores e advogados que estão aqui presentes; em nome também do meu presidente Adimilson, cumprimento todos os vereadores, tem vários vereadores aqui, o Ailton, de Alta Floresta, de outros lugares aqui também, Paranaíta, Guarantã, todas as localidades, Novo Mundo.

Eu quero dizer para vocês... Deputado, primeiro agradecer o empenho da Assembleia Legislativa, através do seu nome, por essa luta que está abraçando junto conosco, em um momento que nós estávamos nos sentindo enfraquecidos e que levamos duas canetadas do STF. E eu falo que: uma é você levar a canetada e saber que perdeu, e a outra é você ficar sozinho, nós como gestores, prefeito Casciano, sem saber qual decisão que você toma. Então, nesse ponto, o Supremo não olhou a consequência de uma simples decisão.

Eu até estava comentando agora numa entrevista que os municípios afetados... não é questão territorial, é uma legalidade, uma segurança jurídica que você traz para uma população e para os empresários. E hoje você não consegue carregar um caminhão de boi se não tiver uma coordenada geográfica da mangueira onde vai carregar. Uns anos atrás simplesmente carregava, tirava a nota em outro Estado, e as coisas caminhavam. Nós chegamos a um ponto hoje que você não tem mais como tocar para a frente isso.

E nós também, os municípios afetados, eu acho que nós estamos cometendo uma injustiça com a população nossa. Primeiro, porque você tem que atender a população de outro Estado, mas não é que você não queira atender a população de outro Estado, é que você está tirando da renda *per capita* do seu município, que você recebe por saúde, recebe por educação, para você atender a população de outro Estado.

Nós queremos atender a essa população, mas no atender a essa população, nós estamos cometendo um crime de improbidade administrativa. E, no não atendimento a essa população, nós estamos cometendo outro crime, que é não atender a uma população quando ela chega à porta do seu hospital ou quando você não leva os serviços públicos para essa população.

Então, Deputado Nininho, eu não quero me estender muito. Mais uma vez, agradeço ao senhor pelo empenho; ao doutor Ricardo, o empenho que está... que não foi... doutor Bruno também, uma pessoa fundamental, foi conosco a Brasília, esteve na discussão com o ministro Flávio Dino. E nós voltamos de lá com muita esperança, porque abriu-se uma conversa, isso é muito importante e nós vamos... em nenhum minuto desperdiçar esse momento. Então vamos agarrá-lo com muita garra, o que nós já tivemos até hoje, já falamos isso para os produtores, a gente não garante nada, mas garante trabalho e luta. E nós fizemos até mais.

Aqui quero agradecer a presença da nossa procuradora, doutora Nelma, Deputado Nininho, que está aqui conosco, procuradora do Município de Paranaíta. Doutora, levanta aí para a turma conhecer a senhora. É nossa procuradora de Paranaíta.

Nós protocolamos uma ação já por... eu falo que para nos prevenir, uma ação depois de tantas tratativas, depois de tantas tentativas de reuniões, depois de ida a Belém, aqui está a equipe da gleba, representando a Gleba Agrodito que está aqui presente, o Simon, o Espirro, estão aqui representando, o Esdras, doutor Jonavan, que é procurador lá da gleba, depois de tantas tratativas, e

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS QUESTÕES DOS LIMITES**  
**GEOGRÁFICOS ENTRE OS ESTADOS DE MATO GROSSO E PARÁ, REALIZADA NO DIA**  
**12 DE MAIO DE 2026, ÀS 9H.**

---

talvez de humilhações que passamos já pela Prefeitura de Jacareacanga e pelo Governo do Estado do Pará... Porque para eles não atender é normal, eles já levam a população mais ou menos desse jeito, então... nós não, nós temos um trabalho sério, um trabalho que nós tratamos a sociedade com muito respeito.

Então eu quero dizer que nós vamos lutar por isso, nós não vamos baixar a guarda jamais. E para nos prevenir, a doutora Nelma, pensamos e entramos com ação contra o Município de Jacareacanga e contra o Estado do Pará, um ressarcimento ao Município de Paranaíta, de 29 milhões, pelo trabalho atendido até agora. Lógico, isso é um trabalho... não é nem perto do que nós gastamos, é mais simbólico do que... mas a gente tem que ter um número, um número técnico, um número estimativo, e por 335 mil reais mensais, por uma nova decisão, enquanto não se toma uma nova decisão.

Então nós estamos pedindo para... entregando para o ministro Flávio Dino, e seria interessante os outros municípios também fazerem isso, porque eu acho que agora a gente tem que dizer assim ó: “Nós estamos descontentes, nós estamos gastando, nós precisamos ser ressarcidos”, para eu ter um equilíbrio até de atendimento para o resto da população, porque enquanto eu estendo o atendimento para uma população que não é minha, eu perco a renda *per capita*, diminuo a renda *per capita* da minha população.

Então eu quero... muito obrigado, Deputado, estamos juntos na caminhada, tenho certeza de que nós vamos até as últimas consequências para buscar o nosso direito e para trazer uma segurança jurídica para os proprietários, para os empresários e para as famílias que lá residem.

Só tenho a agradecer, muito obrigado a todos, a quem veio de Paranaíta e de outros lugares para esta importante audiência.

O SR. PRESIDENTE (NININHO) - Obrigado, Osmar, você que foi um parceiro sempre de primeira hora, sempre acompanhando, passo a passo, dando todo o suporte. E vamos até o fim, se Deus quiser, nós vamos buscar o nosso direito ainda.

Secretaria de Serviços Legislativos

Agora passo ao prefeito Chico Gamba, para fazer o uso da palavra.

O SR. CHICO GAMBÁ - Bom dia a todos.

Quero aqui cumprimentar o Presidente Deputado Nininho, aí também, na sua pessoa, cumprimentar também o Deputado Wilson; cumprimentar os meus companheiros aqui, os prefeitos, Osmar e Casciano; cumprimentar o presidente da nossa Câmara de Alta Floresta, o Ailton, também o presidente da Câmara de Paranaíta; o procurador Ricardo... e também - não está hoje presente aqui - o Bruno, doutor Bruno, que tem se empenhado muito; parabenizar o Deputado Nininho pelo trabalho, que tem feito todo o levantamento daquela discussão da divisa, tinha um entendimento que era mais para cima, mais sentido ao Pará, tendo mais área para Mato Grosso.

E apresentado isso, o primeiro ministro que nos atendeu primeiramente era o Barroso, que se comprometeu a ir lá e tal, mas a gente sabe, diante de tanto trabalho que eles têm... e com recursos, acredito, aqui da Assembleia, voltou, para as mãos do Dino.

E no meu ponto de vista, o entendimento do STF é que o Estado de Mato Grosso gostaria, queria avançar por essa discussão, tendo mais um pedaço de terra para o Estado. Esse, no meu ponto de vista, é o entendimento do STF.

Nessa última reunião com o Flávio Dino, a gente pôde, então, apresentar qual que é a nossa intenção, a nossa intenção é dar suporte para aquelas pessoas que estão lá, que não conseguem ter acesso, fácil, né? Pode ter acesso, mas muito difícil, ao Estado do Pará. O Pará, com a base aérea, mais as áreas indígenas... estando aqui, por exemplo, Paranaíta, a 1.400, quase 1.500 quilômetros do município que é divisa de Paranaíta, Jacareacanga. Alta Floresta, para sair daquela gleba e ir até Novo Progresso, são em torno de 700 quilômetros. E nunca vai ter condições de ter essa ligação por dentro

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS QUESTÕES DOS LIMITES**  
**GEOGRÁFICOS ENTRE OS ESTADOS DE MATO GROSSO E PARÁ, REALIZADA NO DIA**  
**12 DE MAIO DE 2026, ÀS 9H.**

---

aí, porque nós temos uma base aérea e áreas indígenas. Então, eles sempre vão ter esse problema. O Pará nunca vai conseguir oferecer condições para aqueles produtores que lá estão produzindo, que são pessoas que dependem do nosso município, que está perto ali.

Então, a situação lá não é que o Estado de Mato Grosso queira avançar com mais um pedaço de terra, a situação é para resolver uma questão social, tributação, que se tivesse como o Estado do Pará oferecer isso, todo esse suporte - de infraestrutura, de educação, de saúde e assim por diante -, até que tudo bem, mas não consegue. E é um povo que pertence a Mato Grosso.

Então, por isso que a gente, graças a Deus, nós conseguimos voltar nessa discussão, vimos um bom interesse do ministro Flávio Dino para que ele possa fazer, então, da forma que está marcada para o dia 21, essa conciliação. E a gente acredita muito que nós conseguimos sensibilizar e que a gente possa avançar num convênio, alguma forma, que essas pessoas poderão ser atendidas.

Foi muito bem já colocado pelo Deputado Nininho, pelo Osmar, que me antecedeu nas conversas, a questão até financeira para os municípios, mas isso ainda não seria o tanto quanto as pessoas são prejudicadas pelo não atendimento do Estado do Pará, desses dois municípios.

Então, logicamente, existe um pouco a questão financeira, mas isso é quase o de menos, em virtude do atendimento que essas pessoas não possam ter. E somos todos brasileiros, eu acredito que a gente vai conseguir ter pelo menos algum convênio, alguma coisa nessa situação para que essas pessoas possam ser atendidas onde elas estão mais próximas e onde estão sendo, precariamente, digamos, porque a gente não pode fazer tudo o que deveria ser feito com infraestrutura, pelo menos lá dentro daquelas áreas onde as pessoas estão produzindo, vivendo, criando suas famílias, que foram lá, que desbravaram, que sofreram, e hoje estão lá meio largadas, sem ter o suporte dos municípios e do Estado em que estão.

Então, a gente acredita, e nós vamos estar somados, juntos.

Agradecemos o empenho de cada um para que a gente consiga alcançar esse objetivo, que é de todos aqueles trabalhadores que lá vivem e moram.

Secretaria de Serviços

O SR. PRESIDENTE (NININHO) - Obrigado, prefeito Chico.

Ainda em tempo, quero pedir desculpas, eu não sabia que estava presente, mas está presente na plateia, e eu peço que venha compor a mesa conosco, representando aqui o IBGE, o Silvio Martins, coordenador de Base Territorial, peço que venha aqui compor conosco.

E também, representando o nosso Governo do Estado e representando o presidente do Instituto de Terras de Mato Grosso, o Intermat, nossa grande parceira, amiga, doutora Lígia, venha compor a mesa conosco também, Lígia.

Ainda em tempo, antes de passar a palavra ao prefeito Casciano, de Novo Mundo, eu quero, Chico e Osmar, fazer um agradecimento aos nossos senadores: senador Jayme Campos, que esteve conosco na audiência com o Flávio Dino; senador Wellington Fagundes, Deputada Janaina, deputado federal Fábio Garcia ...quem mais que esteve conosco? Se tiver mais alguém, me lembra... Ah, o senador Fávaro, ex-ministro, esteve conosco lá também. Enfim, todas essas lideranças que foram e que nós vamos convocar todas novamente para dia 21 estarem junto conosco.

Esta audiência é com o objetivo de nós colhermos mais informações, ouvir as pessoas que estão ali na área afetada para a gente poder discutir, ainda com mais propriedade, essa tese com o ministro Flávio Dino.

Agora, vou passar então a palavra aqui ao prefeito Casciano, do Município de Novo Mundo. Obrigado, Casciano, que sempre também prontamente está aí junto conosco nessa luta.

O SR. CASCIANO MARTINS REIS - Bom dia a todos.

Bom, primeiramente, quero agradecer aqui ao nosso Deputado Nininho e ao Deputado Wilson Santos, que abraçaram essa causa. E vocês podem perceber que são deputados que

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS QUESTÕES DOS LIMITES**  
**GEOGRÁFICOS ENTRE OS ESTADOS DE MATO GROSSO E PARÁ, REALIZADA NO DIA**  
**12 DE MAIO DE 2026, ÀS 9H.**

---

conhecem a história, contando aqui, desde 1986. Por isso a importância de nós termos deputados que conhecem a história, que fica mais fácil defender as nossas causas. Eu tive uma dificuldade, logo quando eu assumi o município, porque eu queria saber onde é que é a divisa. Porque quando a gente compra um sítio ou um lote, a gente quer saber onde fica a divisa, né? E eu nem sabia onde é que ficava a divisa do nosso município.

Então, por isso é muito importante essa união dos prefeitos, os Municípios de Alta Floresta, de Guarantã, onde eles têm a maior dificuldade em atender o pessoal da saúde, que vem muito lá do Pará. A nossa dificuldade no nosso município ali é com estrada, onde os agricultores precisam fazer a retirada dos seus produtos e essa dificuldade de eles terem acesso a essa documentação.

Então é um trabalho de união com os prefeitos vizinhos, pode ter certeza de que vai dar tudo certo e a gente vai saber onde é que fica a divisa do nosso Estado de Mato Grosso e dos nossos municípios também.

Obrigado, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (NININHO) - Obrigado, prefeito Casciano.

Ainda em tempo, também quero convidar o Deputado Wilson, que é um grande historiador, conhece como ninguém a história do Estado, conhece toda a história do nosso saudoso Marechal Cândido Rondon.

E vamos convidar também o nosso ex-ministro, hoje senador Carlos Fávaro, para estar junto lá nessa audiência do dia 21, e daí já estender o convite para você estar conosco lá, junto, defendendo essa tese, uma tese justa, uma tese que realmente motiva a nós todos pelo número de famílias, pessoas que estão ali, até então, desamparadas, tá?

Mas depois eu vou até pedir aqui à nossa representante do prefeito de Guarantã: se quiser fazer o uso da fala... o Wilson faz a fala, e depois eu volto para os presidentes das Câmaras, tá?

O SR. WILSON SANTOS - Colega Deputado Nininho, que preside esta reunião, bom dia; bom dia aos prefeitos; em nome do prefeito Chico, cumprimento todos - vereadores e vereadoras, procuradores e procuradoras - os interessados nesse tema.

São temas como esse que nos deixam extremamente contentes em participar da política. São temas grandiosos, em que a política é tratada com grandeza e com responsabilidade. O Brasil está vivendo um momento muito pobre politicamente, estão resumindo as discussões no rodapé. Esse é um tema que engrandece todos os que estão aqui.

Ora, falar que o Marechal Rondon errou num serviço cartográfico é uma aberração. Rondon é o único ser humano no planeta que tem seu nome em um meridiano do planeta. O Meridiano 52 Oeste é o Meridiano Cândido Mariano da Silva Rondon. É o homem que mais avançou em terras tropicais do planeta. Seu nome está escrito em letras de ouro em Nova York, como um dos maiores... um dos homens que mais aprofundaram em pesquisas.

Não há nenhum outro trabalho do Rondon questionado. Ele definiu Cuiabá como o Centro Geodésico da América do Sul em 1909. E até hoje todos os GPSs e instrumentos mais precisos confirmam o que ele fez em 1909.

É claro que interesses geopolíticos, talvez o interesse do próprio Exército ali no Cachimbo, tenham iniciado toda essa discórdia, mas ela começa, lá na década de 1900, quando o Instituto de Engenharia do Rio de Janeiro faz esse questionamento. Ela tem mais de 100 anos, essa provocação, e até hoje o Supremo Tribunal Federal não decidiu. E também nem sei por que essa matéria está no Supremo. No meu conhecimento, isso não é uma matéria constitucional. Em minha opinião, essa matéria, no máximo, era para estar no STJ. Mas o Supremo hoje decide de picolezeiro na rua, né? De cavador de poço a satélite na lua, eles tratam de tudo e de todos, virou uma Casa

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS QUESTÕES DOS LIMITES**  
**GEOGRÁFICOS ENTRE OS ESTADOS DE MATO GROSSO E PARÁ, REALIZADA NO DIA**  
**12 DE MAIO DE 2026, ÀS 9H.**

---

política, né? Tomaram o poder político do Congresso Nacional. Quem decide hoje é o Supremo. Então não é surpresa estar discutindo essa questão.

Mas Mato Grosso sempre teve problema com suas divisas. Tivemos problemas com Goiás, traçamos as divisas com Goiás na gestão do quarto governador de Mato Grosso, o coronel Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres; depois, no século XX, tivemos novamente problema com Goiás, na década de 1920. Foi necessário fazer um plebiscito, pilotado pelo engenheiro agrônomo, baiano, José Morbeck, a pedido do governador de Mato Grosso, Pedro Celestino. E até algumas poucas décadas atrás, nós tínhamos ainda problemas com Goiás, o que se arrastou até os anos 80.

Na compra do Acre pelo Brasil, em 1903, nós cedemos 1.000 quilômetros quadrados aqui no Pantanal para a Bolívia.

Depois, em 1943, Getúlio Vargas tirou dois pedaços de Mato Grosso: um para criar o Território Federal do Guaporé e o outro para criar o Território Federal de Ponta Porã. O Território Federal de Ponta Porã não prosperou, três anos depois ele retornou, foi reincorporado a Mato Grosso. Mas o Território Federal do Guaporé prosperou, mudou de nome, passou a ser Território Federal de Rondônia, em homenagem a Rondon, que é o único brasileiro que tem seu nome num Estado, ninguém mais tem. Caxias não tem, Getúlio Vargas não tem, Juscelino, Rui Barbosa, ninguém. O único brasileiro que dá nome a um Estado é Rondon, é esse cuiabano, esse mimosiano. E, em 1981, virou Estado.

E essa questão aí já se arrasta há um bom tempo, com várias vitórias parciais do Pará. E aqui fica um puxão de orelha em vários governadores de Mato Grosso, que nunca trataram esse assunto com a seriedade que ele merece, com a responsabilidade de um chefe de Poder.

E estamos agora aqui, nós, a Assembleia, praticamente sozinha, junto com os prefeitos, junto com os municípios, tentando reverter uma vitória parcial, já longa, do Estado do Pará, que eu nem sei se o Pará tem interesse nisso. O Pará é um Estado já pré-marcado para ser dividido, o Pará vai ser dividido, vai nascer lá, de um lado, o Carajás e mais um outro... vão nascer mais dois Estados. Belém do Pará nem sabe dessa área, nem... dá de costas, dá de ombros para essa região. Essa que é a verdade. Por isso que eles nunca deram assistência aos colonos que vivem ali.

Quem segura a barra ali também não é Mato Grosso, quem segura são os municípios limítrofes naquela região. Até a questão da pesca é complexa, porque nós aqui fazemos uma piracema, eles fazem outra. A entrada da piracema nossa aqui é 1º de outubro; no Pará, é 1º de novembro.

Então eu quero parabenizar o Deputado Nininho, que tem tratado esse assunto com o tamanho e com a responsabilidade que ele exige.

E nós estaremos lá, no dia 21, lá em Brasília... é o ministro Flávio Dino, né? É o ministro Flávio Dino. Achei interessante ele também nos ouvir, porque tem ministro ali que não ouve ninguém, não! É só... a caneta bate e acabou. Ali não tem...

O SR. PRESIDENTE (NININHO) - Wilson, só o interrompendo, até tenho que exaltar aqui a atenção. Eu, particularmente, fiquei surpreso, assim como todos nós que lá estávamos, a atenção que ele deu a esse caso, ouvindo, e prontamente se prontificou e falou: "Nós vamos marcar em breve uma audiência de conciliação, e normalmente quem faz é outro juiz, mas essa eu quero conduzir". Então ele foi prontamente muito, assim, acessível a essa questão.

O SR. WILSON SANTOS - Então, tem juiz que não aceita receber advogado, tem juiz que não aceita receber ninguém, se sentem deuses, estão acima de tudo e de todos, inclusive da lei. E o Flávio, em que pesem algumas versões, é um dos mais qualificados ministros que chegaram a essa Corte nos últimos tempos. Ele teve o privilégio de passar pelos três Poderes, o Flávio Dino foi do Legislativo, ele foi deputado federal e foi senador; foi do Judiciário, que ele foi juiz federal, já

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS QUESTÕES DOS LIMITES**  
**GEOGRÁFICOS ENTRE OS ESTADOS DE MATO GROSSO E PARÁ, REALIZADA NO DIA**  
**12 DE MAIO DE 2026, ÀS 9H.**

---

pertenceu ao Judiciário, e volta agora; e foi do Executivo, ele foi ministro e foi governador duas vezes do Maranhão, disputando eleições com a família Sarney, que não é fraca, não.

Então, ele é o único ministro que eu conheço, na história do Supremo Tribunal, fundado em 1891, que passou pelos três Poderes. Ele veio do Legislativo, do Judiciário e do Executivo, e volta para o Judiciário. Então é um homem, apesar de jovem, 50 e poucos anos, extremamente qualificado, e tem a sensibilidade de perceber quando o assunto é grande. É como jogador de futebol, tem jogador que sabe quando o jogo é grande, né? Nossa geração lembra quando eu falo: “o Zico puxou para ele a responsabilidade, o Rivelino puxou para ele a responsabilidade de decidir o jogo”. Nossa geração lembra disso, né? Fiore Gigliotti narrando, né? Aqueles craques do rádio. Hoje dá até raiva ouvir esses narradores.

Então, ele sabe quando o assunto é sério, está tratando de divisa entre dois Estados, e não é uma área qualquer. E, além de ser o território... é aquilo que o prefeito de Paranaíta colocou aqui: “Olha, daqui a pouquinho eu estou com os meus bens bloqueados, que eu construí a vida inteira, joguei toda a minha juventude aqui na Amazônia. Daqui a pouquinho, tudo o que eu construí vai ser bloqueado. Por quê? Porque eu, na condição de chefe do Poder Executivo, gastei dinheiro de Paranaíta, gastei dinheiro em postos de Alta Floresta, com os municípios Jacareacanga... com os municípios do Estado do Pará.”

E a lei é clara: não pode! Sob nenhum argumento, não pode! Os senhores estão correndo seríssimo risco de responderem por improbidade, e olha lá, se não responderem por crime. E aí como é que fica? Como é que fica? A situação é grave.

Eu quero atentamente ouvir aqui o nosso procurador, doutor Ricardo Riva.

Mas essa abertura que o ministro Flávio Dino deu, ela não pode ser desperdiçada. Nós temos que nos preparar para essa audiência, da melhor forma possível. Nós temos que ir para decidir. Não dá para fazer uma audiência “malemá”, como diz o cuiabano, “malemá tentiano”. Temos que ir com argumentação forte, robusta, para convencer o ministro, porque depois ele vai ter que convencer os outros dez colegas. Não dá para ir lá, mais ou menos, temos que estar muito preparados, qualificados, para fazer essa audiência pública com o ministro Flávio Dino.

Então, eu vou ratificar, Presidente Nininho, o convite de Vossa Excelência ao senador Carlos Fávaro, que goza de amizade muito robusta com o ministro, foram colegas senadores, durante um período. O Fávaro, ele é do médio-norte, ele é de Lucas, tem fazenda em Garantã...

O SR. PRESIDENTE (NININHO) - Ele tem fazenda justamente nesse impasse também, no Município de Garantã, que já esteve lá, lá próximo à entrada da base aérea, ele está à direita de quem vai para o Pará.

O SR. WILSON SANTOS - Eu também gostaria de ter algumas fazendas nessa região...

O SR. PRESIDENTE (NININHO) - Mas você já tem, você...

O SR. WILSON SANTOS - Mas a sorte e o destino não me sorriram tanto. (RISOS)

O SR. PRESIDENTE (NININHO) - Mas, para quem não conhece, é o maior empresário, produtor de limão, produtor de limão. (RISOS)

O SR. WILSON SANTOS - Quinhentos pés de limão.

Então, eu encerro dizendo: gente, parabéns, é isso aí!

Outrora essas terras não valiam nada. Outrora a briga era para o Pará ficar: “Fica com isso aí, cuida disso aí.” (RISOS) Mato Grosso transformou-se de um patinho feio em um cisne.

Eu sou filho de um agrimensor. Meu pai veio para cá em 1962 medir terras aqui no Rio Cravari, que é onde hoje é Brasnorte. Pegou malária e leishmaniose, e quase perdeu uma orelha,

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS QUESTÕES DOS LIMITES**  
**GEOGRÁFICOS ENTRE OS ESTADOS DE MATO GROSSO E PARÁ, REALIZADA NO DIA**  
**12 DE MAIO DE 2026, ÀS 9H.**

---

mas apaixonou-se por Mato Grosso. Ficou três anos convencendo minha mãe a abandonar o interior de São Paulo, com três filhos, e vir para Cuiabá. E aí nós chegamos aqui em 1965.

Então, meu pai conhece tudo isso aí, eu me lembro dele medindo terra na mineradora São Benedito, falava de Salto Dardanelos, Cidade Humboldt, Jacareacanga, Culuene. Tudo isso ele trabalhou, pegou mais de 20 malárias, um sertanista.

Então, esse velho Mato Grosso ninguém queria. Pela Constituição de 1947, você podia arrecadar aqui, a custo zero, até 9.999 hectares.

Ele era daquele que tinha orgulho de dizer: “Ó, nunca entrei numa delegacia, ninguém nunca apontou o dedo para mim que eu sou desonesto.” Naqueles tempos, os homens tinham orgulho de serem honestos. Em que pese, já décadas atrás, Rui Barbosa dizer que, de tanto ver o mal vencer o bem, de tanto ver os incompetentes triunfarem, o homem iria sentir vergonha de ser honesto, iria ser vergonhoso... “aquele ali é honesto, ó”, era algo demeritório.

Então, a gente veio dessa geração, dessa carne, desse sangue, é importante sermos honestos. E, no exercício de um mandato dado pelo povo, é importante sermos honestos com o povo, independentemente de que pedaço de Mato Grosso seja, nós estamos aqui para defender Mato Grosso: seja lá no sul, no sudeste, no norte, no leste, no Araguaia, no Cabixi, no Pantanal, onde quer que seja. Enquanto Deus e o povo nos permitirem nesta Casa, nós estaremos junto com vocês, mato-grossenses, porque essa é uma luta justa. Rondon não errou!

E vamos aproveitar a oportunidade que o ministro nos deu para fazermos uma grande audiência e reverter essa injustiça que estão construindo contra Mato Grosso.

Parabéns, Nininho!

O SR. PRESIDENTE (NININHO) - Obrigado, Deputado Wilson.

Eu vou pedir licença, eu quero ir até o telão só para mostrar ali, para mostrar com mais clareza o equívoco que houve.

(O SR. PRESIDENTE SE DESLOCA ATÉ O TELÃO.)

O SR. NININHO - Abre este ponto, este ponto aqui, abre bem para nós podermos ver o ponto geográfico aqui, que é o Salto Augusto. (MOSTRA NO TELÃO) Ó, aqui é o ponto do Salto Augusto, no Juruena, tá? Agora fecha a imagem... ó, aqui é a região do Salto Augusto. Volta a imagem... não, fecha para cá, puxa para cá, para nós chegarmos no outro lado do Bico do Papagaio.

Agora, abre aqui, ó, aqui, ó, olha onde é que está o Salto das Sete Quedas.

Então é muito claro o equívoco que houve. Quando... se for analisar aqui, ó, fecha um pouco, ó. Quando você fecha, a linha aqui, os dois pontos geográficos, é uma linha reta. E o que que ocorreu? Em vez de pegar esse ponto... sobe um pouco a imagem mais agora. Aí veio e foi pego aqui, que tem a Cachoeira das Sete Quedas... o Salto das Sete Quedas é onde hoje está a usina hidrelétrica. Então, isso é muito claro. E tem dados que mostram isso. É onde está a usina hoje, ó.

Isso aqui, Wilson, é só olhar com clareza, dá para ver que teve um equívoco aí.

E aqui eu estou recebendo mais uma informação, Osmar, do nosso procurador aqui, do procurador Riva, ele até falou: deixa eu confirmar melhor. Mas é só a título de informação, ele foi buscar as informações que o prefeito Osmar, de Chapada, comentou que tinha. Aqui é o memorial de onde foi criado o Município de Chapada (PEGA O DOCUMENTO). E, para quem não sabe, aqui tudo foi Chapada dos Guimarães. Então isto aqui é um documento de 15 dezembro de 1953.

O Wilson, com certeza, vai lembrar, ele que é historiador. O Deputado Penn Gomes foi o autor desse trabalho também. E aqui, no memorial, fala:

“Artigo 1º Fica criado o Município de Chapada dos Guimarães com os seguintes limites: partindo do Salto Augusto ou das Sete Quedas...” Então aqui está muito claro: do Salto Augusto ou das Sete Quedas... Entende? Porque ele estava pegando o limite com o Pará.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS QUESTÕES DOS LIMITES**  
**GEOGRÁFICOS ENTRE OS ESTADOS DE MATO GROSSO E PARÁ, REALIZADA NO DIA**  
**12 DE MAIO DE 2026, ÀS 9H.**

---

Então aqui este documento também vai servir como subsídio para mostrar que houve o equívoco, quando se demarcou essa linha que hoje aí está.

Então, ainda em tempo, agora quero passar aqui à doutora Adriane Rippel, que representa aqui o prefeito Márcio Gonçalves, de Guarantã do Norte.

A SR.<sup>a</sup> ADRIANE CONSTÂNCIO DE PAULA RIPPEL - Bom dia a todos.

Gostaria de cumprimentar a mesa, em nome do Deputado Nininho.

Sou Adriane Rippel, secretária de Cidades de Guarantã do Norte. Estou representando o prefeito Márcio Gonçalves, que, por motivos de força maior, não pôde comparecer e pede desculpas por não poder comparecer aqui neste momento tão importante. E eu vim aqui, humildemente, representá-lo.

Enquanto moradora de Guarantã do Norte, eu fui registradora por 15 anos. Então acompanhei de perto a questão da discussão sobre a divisa do Estado. Lá no nosso município, assim como nos outros, nós temos muitas famílias desassistidas nesse momento, inclusive lá, em especial, na Gleba Vale do XV, porque são mais de 170 famílias hoje que estão desassistidas. Minha mãe trabalhou por 20 anos no Indea, sabe o nome de um por um daqueles moradores, e acompanhou também o enfrentamento que eles tiveram de não saber a quem recorrer com relação à questão sanitária e agropecuária no momento em que mudaram... oficializaram a divisa do Estado.

Então, assim, enquanto município, o Deputado falou, os prefeitos falaram da necessidade de assistir essas pessoas e do problema que nós temos de não conseguir assisti-los. E assim, mais do que... o senhor falou: não é questão de terra, não é questão de quantidade de terra, é questão de famílias, é questão de humanos. São cidadãos, são nossos munícipes, porque eles não são nem considerados munícipes do Estado do Pará. Como o Deputado Wilson Santos falou, talvez o Estado do Pará nem queira aquela área de terra ali, não conhece aquelas pessoas pelo nome, assim como nós, professores, crianças, que já atenderam ali, e a secretária de Saúde está aqui, a Tatiane, acompanha aquelas famílias ali e sente na pele também por não conseguir assisti-los.

Então, assim, esse é um problema que já se arrasta há muito tempo, há mais de 20 anos essa discussão, mas eu acredito que, assim, mais do que essa porção de terra, o STF... e o Pará, principalmente, eu acho que ele tem que ter essa consciência também, que isso tem que ser uma questão humanizada, tem que ser... tem que haver empatia, empatia por aquelas famílias que hoje estão desassistidas de saúde, educação e infraestrutura.

O Município de Guarantã do Norte, através do prefeito Márcio Gonçalves, o Executivo está junto, estamos participando de todas as reuniões necessárias, estaremos em Brasília, acompanhando a audiência. E torcemos que, de verdade, de uma vez por todas, isso seja solucionado.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (NININHO) - Obrigado, secretária.

Ainda em tempo, Wilson, nós tivemos aqui o cuidado de contratar uma equipe profissional para fazer uma perícia, um laudo técnico para nós, para nos dar subsídio.

E aqui foi concluído esse laudo, um laudo técnico pelo doutor Richard Torsiano. Richard hoje é um dos caras mais renomados dentro do nosso país em termos de conhecimento dessas questões fundiárias, quando se discutem questões ambientais, ele é uma pessoa... ele é consultor do Banco Mundial, ele esteve aqui ainda na semana passada. Coincidentemente, é um amigo que eu tenho. E ele é o coordenador, para você ter uma ideia, do Matopiba, que são os limites da Bahia, Piauí, Tocantins e Maranhão, ele é quem trata daquilo tudo; ele dá assessoria a vários Tribunais de Justiça; ele constantemente está palestrando fora do país. Então é uma pessoa que tem um conhecimento muito profundo, e ele fez aqui um trabalho técnico, mostrando tudo, mas, infelizmente, quando foi dado...

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS QUESTÕES DOS LIMITES**  
**GEOGRÁFICOS ENTRE OS ESTADOS DE MATO GROSSO E PARÁ, REALIZADA NO DIA**  
**12 DE MAIO DE 2026, ÀS 9H.**

---

quando se julgou a ação, não se atentou à prova, nada; simplesmente foi decidido, sem apreciar nada. “Eu penso que é isso”, e foi decidido.

Então, por isso que eu acho que nós temos argumentos para mostrar isso. E o que nós precisamos realmente é mostrar que houve um equívoco e tentar ver se nós abrimos a possibilidade de rediscutir.

Eu vou passar a palavra aqui para o nosso presidente da Câmara de Alta Floresta, meu amigo Ailton, e, posteriormente, nós passamos ao Adimilson, nosso amigo de Paranaíta.

O SR. FRANCISCO AILTON - Bom dia a todos; bom dia ao prefeito Chico Gamba, nosso prefeito de Alta Floresta; Osmar, meu grande amigo; Adimilson; Deputado Nininho, quero parabenizar o senhor por sempre estar preocupado com a nossa população, seja nos quatro cantos de Mato Grosso, sempre o senhor está preocupado com a população de Mato Grosso; o Deputado Wilson, também, a gente acompanha também o trabalho dele, e isso é muito importante para toda a nossa população.

Alta Floresta também sofre muito com essa situação. Alta Floresta também tem uma área muito grande que pertence ao Pará, e que a prefeitura, de uma forma ou de outra, tem que prestar o socorro a esse povo, no colégio, na saúde, enfim, em todas as áreas.

E quero agradecer ao senhor, ao Deputado, por ver essa dificuldade, não só em Alta Floresta, como Paranaíta e demais regiões, que pega ali de Apiacás e vai até Vila Rica, que eu estava dando uma olhada no mapa, e muitas e muitas cidades sendo prejudicadas.

E que o ministro do Supremo entenda que essa área, de extrema importância, passada a Mato Grosso... para que seja dada uma qualidade de vida melhor para essa população.

Quero aqui agradecer a presença de todos; o vereador Menin, que está aqui presente, lá de Alta Floresta também; o vereador Nilson; o Adelson veio, mas infelizmente teve um probleminha e não pôde estar aqui na audiência, mas quero agradecer a todos vocês.

Obrigado.

Secretaria de Serviços

O SR. PRESIDENTE (NININHO) - Obrigado, Ailton.

Eu vou passar a palavra agora ao nosso amigo, vereador Adimilson, representante de Paranaíta, presente aqui.

O SR. ADIMILSON DO TRIUNFO - Bom dia a todos, senhores e senhoras presentes; Deputado Nininho, prefeito Osmar, prefeito Chico, nossa representante aqui de Guarantã do Norte, representante do IBGE, procuradores, prefeito, presidente de Alta Floresta, Deputado Wilson Santos; meus colegas vereadores que estão presentes aqui neste importante momento, o Fernando, a Sônia, o Batata, o Biro; nosso secretário de segurança, o Joilson; o vice-prefeito Dema e a nossa procuradora do Município de Paranaíta, doutora Nelma.

Parabéns, Deputado Nininho, por esse empenho, por encabeçar essa demanda, o nosso município de Paranaíta e região têm essa angústia, da solução desse problema no Estado de Mato Grosso.

E no nosso município de Paranaíta, como o prefeito Osmar falou, temos o consentimento, sabemos da demanda – né, prefeito –, mas as leis impedem, às vezes. Eu falo por estar presente nessa região. Aqui, os representantes da Agrodito, o Simon, o Espirro e outros que estão aqui presentes.

A Agrodito, Deputado Nininho, faz lá a função que a Prefeitura de Jacareacanga não faz, ela é uma associação montada... Conheço a região, sabemos das dificuldades que eles buscam resolver por meio do município de Jacareacanga, que seria o município responsável por dar manutenção, principalmente em estrada, em logística, uma região que estava em franco desenvolvimento no agro.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS QUESTÕES DOS LIMITES**  
**GEOGRÁFICOS ENTRE OS ESTADOS DE MATO GROSSO E PARÁ, REALIZADA NO DIA**  
**12 DE MAIO DE 2026, ÀS 9H.**

---

E a Agrodito, dentro das suas limitações, né, Simon, vem fazendo a deficiência que o município de Jacareacanga tem com aquela região. Acompanhamos escolas, presidente Aílton, eu já estive lá no começo do ano passado, as aulas letivas do nosso município já tinham começado, a escola lá não tinha começado ainda por falta de merenda.

Os professores são nossos amigos, são paranaitenses, nós os conhecemos. No ano passado, fomos solicitados, fui até a escola, o município de Jacareacanga, o estado do Pará no geral... Sabemos das deficiências, a política funciona bem menos do que no Estado de Mato Grosso, é difícil, não temos acesso a vereadores, não temos acesso aos gestores do município, isso chega até nós.

Deputado Wilson falou aqui do pai dele, da malária, acabei de lembrar, prefeito Osmar sabe disso. Nós estamos vivendo um foco de malária naquela região, a nossa Defesa Civil, a nossa Secretaria de Saúde tem dificuldade em atuar por ser outra área, outras normas, outras regras.

Mas isso, não tem jeito, acaba batendo no nosso hospital de Paranaíta e, como o prefeito falou, ele tem que atender dentro da lei, daquilo que permite.

Sabemos que o SUS é para todos. A demanda acontece lá no lado de Jacareacanga e vem bater em Paranaíta, então nós temos que atender e fica difícil de combater, sabemos, a nossa vigilância tenta, mas aí você se limita, questão de segurança, como foi apresentado nos slides apresentados aqui agora há pouco.

Então, é muito importante isso, não é só questão de terra é questão da população que está lá, como a colega aqui falou, e eu vejo que é a demanda de todos os outros municípios, é muito importante isso.

Dia 21, prefeito, os Deputados vão estar lá presentes. Acreditamos, Osmar, que dessa vez vamos ter sucesso pela maneira, pela rapidez, e o ministro Flávio Dino já marcou essa reunião, isso trouxe mais esperança para todos que estão envolvidos.

Parabéns a todos, parabéns, Deputado Nininho.

O SR. PRESIDENTE (NININHO) – Obrigado, nosso presidente vereador Adimilson.

Ainda, em tempo, quero mais uma vez agradecer aqui o nosso companheiro Juarez e o Simon, que estão representando a Agrodito; aqui também o nosso amigo, nosso vice-prefeito Dema, que sempre prontamente está acompanhando toda essa questão.

Quero passar aqui a palavra a essa companheira, grande amiga, doutora Lígia. Doutora Lígia conhece a questão cartográfica, conhece as questões do Estado como ninguém.

Lígia, só para exaltar, nós vamos retomar... Agora que foi sancionada a lei que foi aprovada na Câmara e no Senado, definindo os critérios do nosso trabalho da redivisão territorial.

Presido essa comissão e a doutora Lígia sempre tem sido uma grande parceira, o Intermat, onde fazem esse trabalho, e nós estávamos com um impasse, não se sabia qual é a maneira legal, porque nós fizemos um trabalho lá atrás e foi suspenso por uma decisão judicial e agora nós vamos retomar.

É outra encrenca que muitos políticos não gostam de mexer, mas não tenho problema nenhum, porque, quando se trata disso, é responsabilidade nossa e cabe a nós fazer o que é correto, e aqui nós vamos fazer o que foi determinado agora pelo Congresso e sancionado pelo presidente.

Então, nós vamos iniciar esse trabalho da redivisão e, com certeza, a senhora mais uma vez vai estar à frente desse trabalho.

Mas agora quero passar a palavra à senhora, depois vou passar ao nosso representante do IBGE e, posteriormente, quero ver com a nossa procuradora, o pessoal da Agrodito, porque esta audiência, Wilson...

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS QUESTÕES DOS LIMITES**  
**GEOGRÁFICOS ENTRE OS ESTADOS DE MATO GROSSO E PARÁ, REALIZADA NO DIA**  
**12 DE MAIO DE 2026, ÀS 9H.**

---

Quero depois pedir à nossa equipe da Casa... Dona Olga, senhora que é nossa general aqui, gostaria que fosse elaborado um material reduzindo... Além de uma ata da reunião, quero um material reduzido, um vídeo constando os tópicos mais importante da fala de cada um dos representantes, para que não fique cansativo.

E que nós consigamos convencer o ministro ou a sua assessoria de ouvir o sentimento de cada um que está nesta audiência, cada representante, cada um. Então, essas falas são muito importantes, para que sejam analisadas, ouvidas, para sensibilizar a equipe do nosso ministro Flávio Dino.

Agora, passo a palavra à doutora Lígia.

A SR.<sup>a</sup> LÍGIA CAMARGO – Bom dia.

Cumprimento aqui todos os presentes na mesa em nome dos Deputados Nininho e Wilson Santos, sempre um privilégio trabalhar ou auxiliar a Casa, estamos sempre à disposição.

O que acrescentar diante da fala do Deputado Wilson Santos? Com muita propriedade, colocou que Marechal Rondon não errou, e com toda a razão mesmo, por um simples motivo, foi Marechal Rondon que nomeou os acidentes geográficos deste Estado em suas diversas expedições.

Como um pai erra o nome de um filho, não é? Então, dessa mesma forma, como ele foi o nomeador dos acidentes geográficos do Estado de Mato Grosso, nas suas diversas e inúmeras expedições, culminando no mapa 1 para 1 milhão, publicado na década de 50, do Estado de Mato Grosso com todos os nomes dos acidentes geográficos.

Esse é um motivo por que acertamos ao dizer que Marechal Rondon não errou, certo? É muito assertivo mesmo essa declaração, então, assim, este mapa, acho, é o mapa que é a referência para tirar todas as dúvidas, essa publicação, onde está claro o local dos acidentes geográficos.

A minha fala é muito sucinta nesse sentido, somente de ressaltar o valor desse grande brasileiro, que também é mato-grossense, e com muito orgulho, todos os cartógrafos brasileiros têm de saber do nome de Marechal Rondon.

Então, realmente, esse trabalho tem que sempre ser exaltado e valorado, é somente a minha fala, no sentido de que quem nomeou os acidentes deste Estado, morros, rios, serras, foi Marechal Rondon no seu mapeamento, nas suas expedições, esse grande cartógrafo.

Obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (NININHO) – Obrigado, doutora Lígia.

Agora, passo a palavra ao Sílvio Martins, coordenador de Base do IBGE, e obrigado, Sílvio, pela sua participação aqui conosco, com certeza o IBGE tem muito a contribuir conosco também nessa luta, nesse trabalho.

O SR. SÍLVIO MARTINS – Bom dia a todos.

Obrigado, Deputado Nininho.

Cumprimento todos da mesa, também, em nome do Deputado Nininho e em nome do Deputado Wilson Santos.

Só queria dizer que o IBGE sempre busca participar e apoiar essas questões de litígio, já tive a oportunidade de participar de uma questão entre Mato Grosso e Rondônia, Comodoro e Vilhena. Trabalhamos junto com Intermap também nas questões dos limites intermunicipais.

E o objetivo do IBGE é apoiar para que o melhor desfecho seja feito nessas questões de litígio. Numa questão estadual, os nossos representantes do Rio de Janeiro da divisão territorial brasileira procuram intermediar e tentar apoiar, para que o melhor desfecho seja feito e essas pessoas sejam beneficiadas com esses ajustes e limites que nós temos.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS QUESTÕES DOS LIMITES**  
**GEOGRÁFICOS ENTRE OS ESTADOS DE MATO GROSSO E PARÁ, REALIZADA NO DIA**  
**12 DE MAIO DE 2026, ÀS 9H.**

---

Então, o IBGE está à disposição e nós sempre nos esforçamos para participar de todas essas questões de limites, tá?

Essa é a minha fala, estamos aqui à disposição.

Obrigado, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (NININHO) – Obrigado, Sívio.

Com certeza, nós vamos precisar do amparo de vocês, que o IBGE é uma instituição séria, que representa o nosso País e tem muita credibilidade. Acho que qualquer documento, qualquer parecer que vier do IBGE vai contribuir muito para essa definição.

Quero ainda passar, agora, à doutora Nelma, nossa representante do município de Paranaíta, que também acompanha esse trabalho, e obrigado pela participação.

A SR.<sup>a</sup> NELMA BETÂNIA NASCIMENTO SICUTO – Bom dia a todos.

Cumprimento a mesa na pessoa do nosso Deputado Nininho e do nosso prefeito Osmar e os presentes aqui na pessoa do meu amigo, nosso presidente da Câmara de Guarantã, o Celso.

Vou tentar ser sucinta o máximo possível, doutor, e peço a gentileza do nosso amigo... Que está desenvolvendo, né, Deputado, um trabalho excepcional, os dois, tanto o doutor Bruno, que infelizmente não está aqui, mas nós estamos com o outro, o doutor Ricardo, que é o nosso procurador-geral e que está fazendo um trabalho excepcional. Na realidade, a Assembleia, desculpe-me, posso estar até sendo um pouco crítica, está fazendo o papel do Estado.

E aí, doutor, se eu cometer algum equívoco, o senhor me corrija porque esse processo é complexo e traz coisas muito delicadas.

Então, assim, o que temos hoje de fato é uma audiência de conciliação marcada, designada, perdão, pelo ministro Flávio Dino, e essa audiência é na ação rescisória, ou melhor, no embargo, né?

(O SR. RICARDO RIVA DIALOGA COM A SR.<sup>a</sup> NELMA BETÂNIA NASCIMENTO SICUTO.)

A SR.<sup>a</sup> NELMA BETÂNIA NASCIMENTO SICUTO – Então, no embargo, declaração do agravo regimental da rescisória.

Pois é, aqui nós temos dois objetos muito sensíveis. Primeiro, que é o que Paranaíta... Para contribuir, vimos falando, a Procuradoria de Paranaíta, o prefeito nos colocou em contato o tempo todo, o prefeito cobra isso da gente 24 horas, né, prefeito? Essa questão de tentar auxiliar nisso.

Paranaíta, em 2019, entrou com a cautelar, fez uma perícia paralela, está com o doutor aqui. Paranaíta é um município pequenininho lá no fim do mundo, mas ele vem tentando auxiliar efetivamente. E agora, Paranaíta, um dia antes da reunião com o ministro, o prefeito pediu que fôssemos muito rápidos, levantássemos o documento muito rápido e ingressássemos com a medida judicial lá no Supremo.

Nós ingressamos com a ação civil originária, mas com que objeto no Supremo? Paranaíta, sozinha, dentro... E pedimos a distribuição por dependência à essa ação. Nós pedimos uma ação civil originária para ressarcir tudo que Paranaíta vem dispendendo com a população do estado do Pará e do município de Jacareacanga, que hoje redunde – né, prefeito? – já, em gasto, em torno de pouco mais de 29 milhões e 666 mil reais.

E, hoje, por mês, o município tem provado, com documento público, com fé de ofício, ou seja, documentos incontestáveis, que gasta mais de 330 mil por mês com aquela população, que são 1.000 habitantes, levantado com dados também públicos, dados registrados públicos.

Mas o que isso faz? Isso faz com que – se for possível, se não estiver falando alguma besteira, corrija-me, doutor –, nessa audiência de conciliação, tentemos levar a pauta dessa ação que já está protocolada.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS QUESTÕES DOS LIMITES**  
**GEOGRÁFICOS ENTRE OS ESTADOS DE MATO GROSSO E PARÁ, REALIZADA NO DIA**  
**12 DE MAIO DE 2026, ÀS 9H.**

---

E, diga-se de passagem, o presidente do Supremo deferiu o nosso pedido de prevenção, ele decidiu que... O Flávio Dino, ministro, perdão, o ministro Flávio Dino, é o relator responsável pela nossa ação de Paranaíta e está lá tramitando, então estamos lá.

Então, o primeiro ponto seria o Pará e, talvez, juntamente com Jacareacanga, que é o caso de Paranaíta, porque a ação é contra o Pará e contra Jacareacanga, contra o estado e contra o município, de firmar um termo de parceria, qualquer termo de parceria, como diz o nosso prefeito Chico, um convênio, alguma coisa, para que ele custeie esses gastos, abre aspas, ilegais de Paranaíta.

É uma coisa muito importante, se for de auxílio, nós temos uma prova cabal de que custeamos isso com a anuência do município de Jacareacanga. Por quê? Por um período pequeno, Jacareacanga, de tanta pressão, né, prefeito...

O senhor vem participando da administração há quantos anos? Há quase 20 anos, desde o início dele, mesmo não sendo prefeito, ele está na administração, ele vem forçando isso o tempo todo, mesmo sem ser prefeito.

Jacareacanga assinou, por azar do Pará, Jacareacanga assinou um termo de cooperação, reconhecendo que o município de Paranaíta custeia essa população, doutor, um documento público, portanto com fé de ofício e incontestável.

Hoje, nós temos a confissão do Pará, para que ele não tenha como negar, na audiência de conciliação, que Mato Grosso cuida da população deles. Esse é o nosso primeiro ponto, estamos com ação tramitando lá, tudo provado documentalmente com documento público.

O segundo ponto sensível, que sabemos que é mais sensível ainda, é a discussão de divisa territorial. Não vou falar, acho, besteira, Deputado, mas o senhor já criticou, realmente o Estado de Mato Grosso não cuidou com zelo deste processo e Vossa Excelência vem cuidando mais do que um governador.

E os procuradores da Assembleia estão fazendo função de procurador de Estado, até de procurador da União. Parabéns, doutor.

Isso realmente nos deixa impressionado, né, prefeito? Nós estamos dentro dos autos, estamos impressionados com a atuação do senhor, com a atuação dos procuradores da Assembleia, e a Assembleia é quem levantou tudo isso.

A Assembleia é que está tentando reverter essa decisão, que, como o Deputado Wilson Santos falou, não é uma decisão ilegal, ela é uma decisão desonesta. Desculpe-me, o Supremo deu uma decisão desonesta.

É questão de honestidade reverter essa decisão – né, prefeito? –, não é nem só questão fática e jurídica, é questão de honestidade.

Sabemos que não podemos, doutor, no embargo, rediscutir essas provas, senão nós vamos ser travados pelo Flávio Dino de cara. Talvez, traçar, primeiro, dentro da audiência a questão de Paranaíta com Jacareacanga e com Pará, para que force o Pará e Jacareacanga.

Eles não têm como fugir disso, fazer um termo de cooperação e, diante dessa sensibilidade e prova cabal que já está lá nos autos, irmos para essa segunda situação. Por quê? Porque trouxe aqui agora, o Deputado trouxe, o senhor trouxe, algo muito importante.

Existe uma lei estadual. Claro, lei estadual não tem o poder de criar divisa de estado, fato, mas ela tem poder de delimitar limitações cartográficas, históricas e geográficas, é fato. E essa lei municipal está em vigência, não está? Ela é da década de 50, ela é de antes da perícia técnica do Exército.

O Exército nunca poderia ter feito essa perícia judicial sem ter levado em consideração essa lei municipal. Por quê? Porque essa lei municipal nunca teve um Adin, já teve?

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS QUESTÕES DOS LIMITES**  
**GEOGRÁFICOS ENTRE OS ESTADOS DE MATO GROSSO E PARÁ, REALIZADA NO DIA**  
**12 DE MAIO DE 2026, ÀS 9H.**

---

Então, ela está em plena vigência, ela não foi declarada inconstitucional, ela não foi anulada, e ela é um documento público, e por ser público é obrigação de conhecimento de todos, inclusive do Exército.

Diante disso que o senhor trouxe aqui agora... Estava preocupada de entrar nessa audiência... O que tínhamos de novo, de novo antes da perícia do Exército, por quê? Eu ia pedir para fazer uma perícia, por quê? Dentro dos autos, há perícia de Paranaíta.

Em 2019, Paranaíta fez uma perícia. A nossa perícia, com profissionais extremamente técnicos, prova que Marechal Cândido Rondon tinha total razão e o Exército está errado, ponto. O que o Supremo fez com isso, doutor? Ele simplesmente escreveu desse jeito, Deputado, desse jeito, prefeito: “Indefiro, não fundamentou, não fez nada”.

Claro, o Estado tinha que ter recorrido, mas nós podemos tentar rediscutir dentro do embargo também essa questão de uma prova, não valoração de prova, mas um erro material do acórdão, porque se baseou numa perícia técnica errada, já aprovada nos autos da época e não levada em consideração pelo Supremo.

Mas seria uma tese fraca, o senhor tecnicamente sabe melhor do que eu que é um pouco fraca, mas já é... e trazer, no embargo, sabemos que podemos trazer documentos novos.

Quero ver com a Assembleia o seguinte: a Assembleia já está com embargos. A Assembleia acha interessante, a título de anulação, de ação anulatória, muito embora tenha 6 anos que tenha saído essa decisão, nós, municípios... Talvez, Paranaíta faça correndo também uma ação anulatória ou não.

Temos que ver, assim, o que o senhor acha interessante, tudo que for para auxiliar... Paranaíta correu e tentou auxiliar para segurar a questão de provar que a população... Quem atende é Mato Grosso, ponto. E já é indiscutível. Jacareacanga teve a infelicidade de assinar um termo de cooperação conosco.

O Pará já perde essa ação, então nós já vamos ganhar, eu acredito, impossível... Tecnicamente falando, porque parece que a técnica não é muito a força dessa... Não era, né? Foi muito desonesta.

Então, doutor, poderia traçar, primeiro, ou talvez nós entrarmos ou só juntar no embargo já... O duro é que é o Estado, né? Assembleia consegue? É porque não vemos a atuação grande do Estado, então a gente...

O SR. PRESIDENTE (NININHO) – Doutora, até para fazer justiça, lógico, lá atrás fomos deixados... Acho que faltou um pouco de atenção, mas nessa audiência que nós tivemos em Brasília, a Procuradoria-PGE determinou... Doutor Daniel, que fica em Brasília, acompanhou.

Hoje, o que precisar da Procuradoria do Estado, a senhora pode ter certeza de que, qualquer orientação que nós passarmos, que tiver fundamento, eles vão fazer o que for necessário, tá? Pode contar com a Procuradoria.

A SR.<sup>a</sup> NELMA BETÂNIA NASCIMENTO SICUTO – ...obrigada.

Então, assim, nós estamos aqui para ver como podemos contribuir só, foi só no passado, agora não, agora vocês estão levantando tudo, principalmente Vossa Excelência.

Mas aí podemos verificar aqui com Vossas Excelências se entramos no processo como litisconsórcio do embargo ou junto, enfim, trazer; e a perícia de Paranaíta, que já está nos autos... (O SR. RICARDO RIVA DIALOGA COM A SR.<sup>a</sup> NELMA BETÂNIA NASCIMENTO SICUTO.)

O SR. PRESIDENTE (NININHO) – Nós vamos... Só interrompendo, desculpa, Ricardo.

Nós vamos procurar e vou convidar, inclusive, doutor Francisco, que é o chefe da Procuradoria, para ele ir conosco a Brasília; se nós tivermos algo que for pertinente, ele prontamente vai se prontificar, pode ter certeza, e vai nos auxiliar em tudo que for necessário.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS QUESTÕES DOS LIMITES**  
**GEOGRÁFICOS ENTRE OS ESTADOS DE MATO GROSSO E PARÁ, REALIZADA NO DIA**  
**12 DE MAIO DE 2026, ÀS 9H.**

---

A SR.<sup>a</sup> NELMA BETÂNIA NASCIMENTO SICUTO – Principalmente, porque há essa lei estadual em vigência, né?

Aí, existe uma terceira questão, que seria a possibilidade do plebiscito. Hoje, tramitando no Supremo Tribunal Federal há uma ação civil originária também entre o Piauí e o Ceará, e esta ação civil originária está na fase de perícia, ou seja, o Exército fez a perícia e montou cinco definições lá, enfim, isso não é o que vem.

Mas o que que é? Que o Supremo disse que a população devidamente interessada seria a dos dois estados em outra ACO; mas, nessa ACO do Piauí e do Ceará, ele ainda não definiu isso.

Hoje, o Supremo pode definir que o que preceitua o § 3º do artigo 18 da Constituição Federal, que fala do plebiscito da população diretamente interessada, pode ser a população de lá, a afetada.

Então, se, nessa ACO dentro do Supremo, eles apreciarem, assim, rápido, e chegarem a essa nova conclusão, porque o Supremo pode chegar com essa conclusão nova, nós ganhamos essa ação também.

Também, assim, temos... É uma ACO do Piauí e do Ceará também.

O SR. PRESIDENTE (NININHO) – É importante buscar essas informações e até é importante nós levarmos isso ao Flávio Dino.

O plebiscito, acho que só podemos aceitar se for feito pela área afetada, se for fazer pelos dois estados, nós vamos ter... Aí é desproporcional.

A SR.<sup>a</sup> NELMA BETÂNIA NASCIMENTO SICUTO – Nós temos uma ACO hoje no Supremo tramitando, que está pronta para discutir só isso, está prontinha.

O SR. PRESIDENTE (NININHO) – Então, vamos acompanhar, essas informações são importantes.

A SR.<sup>a</sup> NELMA BETÂNIA NASCIMENTO SICUTO – Só trouxe isso para informação.

E sabemos que, por fim, só tentando só terminar, o IBGE não tem a atribuição legal de divisa de estado, mas ele tem atribuição legal de limitações, aí não sei se vai ser possível, se o IBGE, não sei, se ele documentasse.

Por quê? Porque a princípio na ação do Estado tentou-se que fosse o IBGE, não deixaram, mas o documento do IBGE ninguém contesta também.

Então, seria isso.

O SR. PRESIDENTE (NININHO) – Tem credibilidade.

A SR.<sup>a</sup> NELMA BETÂNIA NASCIMENTO SICUTO – Aí a contribuição seria nossa de Paranaíta.

O SR. PRESIDENTE (NININHO) – Obrigado, doutora, com certeza a senhora tem muito a contribuir.

Quero, agora, passar aqui ao nosso representante da Agrodito, Juarez, para que faça uso da fala.

O SR. JUAREZ SOARES – Bom dia a todos.

Quero parabenizar o Deputado Nininho, os prefeitos, procuradores aqui presentes por dar voz a nós nessa batalha.

E quero agradecer também... Estou representando aqui a Gleba São Benedito, nós somos produtores na Gleba São Benedito, temos outros produtores aqui, e tentar demonstrar para vocês as dores de quem está naquela região, da população que está ali hoje, que, eu consideraria, está praticamente jogada à margem da sociedade.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS QUESTÕES DOS LIMITES**  
**GEOGRÁFICOS ENTRE OS ESTADOS DE MATO GROSSO E PARÁ, REALIZADA NO DIA**  
**12 DE MAIO DE 2026, ÀS 9H.**

---

No meu caso, tenho 40 funcionários, nós temos umas situações gravíssimas que estão acontecendo. Nós temos famílias que estão sendo separadas dos seus filhos pela falta de assistência pública, por falta de transporte escolar. Temos inúmeros casos em que não podemos empregar pessoas porque não há atendimento escolar.

Nós temos casos de funcionários que são separados dos seus filhos, que estão, às vezes, a 100 quilômetros de distância, 200, vivendo na casa de parentes, para que possam ter acesso a uma questão tão básica quanto o acesso à educação, que é primordial dentro da nossa sociedade. Então, a situação está se tornando gravíssima e insustentável.

Os meus 40 funcionários... Hoje, poderiam ser muito mais, porém nós estamos travados no desenvolvimento econômico da região, nós estamos enfrentando um problema fiscal gravíssimo, vários dos produtores hoje não conseguem mais desenvolver sua atividade porque eles simplesmente não conseguem mais comercializar os seus produtos.

Os produtores de soja da região não conseguem mais comercializar os seus produtos porque as tradings se recusam a adquirir produtos daquela região, produtores que estão localizados depois da margem da divisa atual não conseguem comercializar, simples assim.

A situação sanitária é gravíssima, há praticamente uma ausência das autoridades sanitárias do estado do Pará, o Indea sempre cuidou muito bem da região, no entanto a Adepará é muito precária, não tem uma presença de fato.

Nós tivemos, no ano de 2024, o episódio de um incêndio gravíssimo na região que consumiu mais de 100 quilômetros quadrados. Para ter uma ideia, esse incêndio começou a 60 quilômetros da nossa propriedade, nós conseguimos estancar esse incêndio depois de 25 dias, lutando, a nossa equipe dentro do mato, de madrugada, sem assistência pública praticamente nenhuma.

O Governo do Pará mandou uma equipe do Corpo de Bombeiros para fiscalizar a ação dos proprietários, porém não nos deu assistência alguma. Nós conseguimos uma assistência, sim, por meio de uma brigada de incêndio do Ibama, foi um auxílio federal que conseguimos trazer para a região e que nos auxiliou a conter.

Para elencar aqui os problemas que nos afetam lá, estamos sendo afetados, eu poderia ficar aqui por muitas horas falando; mas, como qualquer local onde não há uma presença do Estado, a situação vai se agravando, inclusive o crime organizado pode entrar na região, e está entrando.

Nós sabemos o que acontece em outras partes do País onde não há uma presença de fato do Estado, hoje os prefeitos regionais aqui estão de mãos atadas, as autoridades militares regionais, como a PM do Estado de Mato Grosso, ficam limitadas na ação.

E é algo que nos preocupa muito, sabemos que a situação está se agravando, é um aspecto fundamental para a população que está regionalmente ali.

Então, só temos que agradecer aqui aos prefeitos. No meu caso, estou em contato constante com o prefeito Osmar e o prefeito Chico, que estão atendendo a Gleba São Benedito e a Gleba Rio Azul.

Como a procuradora mencionou, somente na Gleba São Benedito são mais de 1.000 pessoas vivendo. Se adicionarmos a Gleba Rio Azul, seguramente isso daí vai se aproximar de 2.000 pessoas. São centenas de famílias que estão ali à margem da sociedade, estão abandonadas pelo Poder Público.

E nós, como produtores... É inconcebível que, para protocolar, um documento tenhamos que percorrer 1.400 quilômetros até o município de Jacareacanga. Do ponto de vista prático, isso é completamente inviável, está atrapalhando o desenvolvimento, está coibindo o desenvolvimento da região.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS QUESTÕES DOS LIMITES**  
**GEOGRÁFICOS ENTRE OS ESTADOS DE MATO GROSSO E PARÁ, REALIZADA NO DIA**  
**12 DE MAIO DE 2026, ÀS 9H.**

---

Então, só tenho que agradecer, por nos dá voz, ao Deputado Nininho e ajudar-nos a conduzir essa batalha, porque precisamos de fato ter uma atenção maior do setor público, porque infelizmente o estado do Pará abandonou a região.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (NININHO) – Obrigado, Juarez.

Agora, passar a palavra ao doutor Jonavan, advogado da Agrodito.

O SR. JONAVAN DE SOUSA OLIVEIRA SILVA – Muito bom dia, Deputado.

Em seu nome, cumprimento toda a mesa, Aílton, presidente da Câmara de vereadores de Alta Floresta; Adimilson, presidente da Câmara de Paranaíta, aqui o prefeito, que tem sido um anjo para nós da Gleba São Benedito.

E aqui estender os cumprimentos, prefeito Osmar, cumprimentar também o prefeito de Alta Floresta.

O prefeito Osmar tem sido um anjo para nós, porque até passei umas fotos para jogar no telão ali para vocês terem a noção do que a Gleba São Benedito, que para mim é uma das regiões mais afetadas, passa.

(AS FOTOS SÃO EXIBIDAS.)

O SR. JONAVAN DE SOUSA OLIVEIRA SILVA – Salvo engano, essa escola foi concebida ali na época da usina e foi como resultado do impacto da usina, foi construído ali pela usina.

Então, o cenário dessa escola, a única escola da Gleba São Benedito, ela... Há mais de um ano, Deputado Nininho, nós, enquanto jurídico da Agrodito, vimos oficiando a Secretaria de Educação, Secretaria de Saúde, questão de segurança pública, e nunca, nunca somos atendidos em nada. Nós somos considerados, hoje, em Jacareacanga como *persona non grata*.

Nosso presidente, que é quem nos enviou, Juarez, para representar a Agrodito, é considerado *persona non grata* hoje em Jacareacanga. Por quê? Nós cobramos incessantemente, insistentemente, para que nós possamos ter esse olhar de humanidade, humanitário, como bem colocou a representante aqui do Executivo – é Garantã, né? – de Garantã.

Nem é uma questão só territorial, até porque talvez nem faça... Talvez, o Pará nem tenha essa necessidade de ter aquele território ali. É uma questão humanitária. Como bem colocou o vereador presidente da Câmara de Paranaíta, no início letivo não tinha sequer merenda para os alunos, então ficamos ali sem iniciar os trabalhos letivos por falta de merenda.

É uma situação, assim, que beira a falta de humanidade, a falta de sensibilidade por parte do Governo do estado do Pará. Eles têm ali, em Jacareacanga, um orçamento de 400 milhões de reais, não destinam nada para a nossa comunidade.

Hoje, Jacareacanga, como bem colocado aqui, tem o rebanho para mais de 30 mil cabeças, né, Juarez? Muito mais, né? Mais de 100 mil cabeças de gado ali. Nós temos uma produção de mais de 15 mil hectares, né, Simon? Atualmente, plantado, colhendo 15 mil hectares de soja, de milho.

E temos... Como foi colocado aqui, deram o ombro, deram as costas para aquela região. É uma região muito produtiva, uma região que... Se não fosse Paranaíta hoje, se não fosse o empenho do prefeito Osmar Mandacaru, correndo o risco inclusive de cometer crime de improbidade.

Se não fosse o apoio do Nininho, nosso Deputado, em estar nos ajudando. Se não fosse o empenho do jurídico de Paranaíta, doutora Nelma, ficamos ontem até para mais de meia-noite estudando, buscando informação, né, doutora, junto com o doutor Carlos Marcatto.

Se não fosse a Procuradoria da Assembleia e hoje, juntamente com a Procuradoria do Estado de Mato Grosso, nós já tínhamos nos dado como vencidos nessa situação.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS QUESTÕES DOS LIMITES**  
**GEOGRÁFICOS ENTRE OS ESTADOS DE MATO GROSSO E PARÁ, REALIZADA NO DIA**  
**12 DE MAIO DE 2026, ÀS 9H.**

---

Mas, como muito bem colocou o Deputado Wilson Santos, o que nos motiva, assim como o motiva a fazer... E usurpando aqui um pouco da palavra dele, o que nos motiva, enquanto advogado, é encontrar aquela migalha de possibilidade jurídica e lutar por ela.

Então, é isso que estamos fazendo, é isto que queremos, que dê tudo certo lá no dia 21. E muito obrigado, doutor, pelo apoio, pela dedicação, e muito obrigado, Deputado, por realmente adotar a Gleba São Benedito.

E esperamos, prefeito Osmar e prefeito Chico, que dia 21 nós possamos comemorar e reescrever um pouco da história de Mato Grosso.

O SR. PRESIDENTE (NININHO) – Obrigado, doutor.

Passo a palavra, agora, ao Simon, representante também da Agrodito.

O SR. SIMON – Bom dia a todos.

Agradecer aqui, em nome do Deputado Nininho, o senhor Osmar, nosso prefeito; prefeito Chico Gamba, os demais municípios da nossa região, o nosso vereador aqui em nome de todos os vereadores, procuradores que estão aqui.

Vou ser breve, mas vou relatar um pouco da nossa comunidade, que é a Gleba São Benedito. Hoje, graças a Deus, estamos ao lado do senhor Osmar aqui desde o primeiro mandato, e, no primeiro mês do primeiro mandato dele, já fomos para Jacareacanga juntos, compareci junto lá com o senhor Osmar, lutando por essas cooperações junto com o município; mas, como sempre, sem parceria, sem sucesso, em muitas vezes nelas.

E, assim, resumindo, a questão da nossa gleba... Como o doutor Jonavan falou, o produtor rural Juarez está aí, a Gleba é muito forte em outras questões também, na geração elétrica, uma das maiores usinas do Brasil está implantada lá.

Mineração, hoje produzindo manganês, atravessando o nosso Estado todo até Campo Grande hoje com esse manganês; pecuária, mais de 100 mil cabeças de gados, como Juarez disse hoje, mais de 15 mil hectares de plantação de soja, milho, gergelim agora, Chico, na nossa região, e com potencial para 3 vezes mais que isso na Gleba São Benedito. O senhor Osmar sabe disso.

E, assim, por exemplo... O nosso presidente Kaká não pôde estar aqui hoje, mas a luta, para tudo, é em parceria, Deputado Nininho. A usina, por exemplo, em 2016, quando foi implantada, nós estávamos sofrendo com estrada, porque foi graças aos pioneiros, como Espirro, que está aqui, muitos outros pioneiros que abriram aquela região, que foram construindo estradas, pontes, bueiros.

Na época da implantação da usina era outro prefeito. As parcerias começaram, revitalização de estradas, acessos, pontes, tudo isso. Hoje, vão se passar 10 anos, e as pontes são as mesmas, e nós estamos precisando.

O senhor Osmar, até a divisa, implantando bueiros, tubo Armco, várias outras formas, parceria, e só temos que agradecer isso.

Então, as empresas, como de mineração hoje... Hoje, há uma empresa de mineração de ouro que está se implantando lá com licença de instalação para concessão de lavra e vai ser uma das maiores do estado do Pará e Mato Grosso.

Só temos a agradecer as parcerias com eles também, que repassam o óleo diesel, a usina repassa maquinário, em parceria com o senhor Osmar, que hoje levou até a Escola Getúlio Vargas, da qual o doutor Jonavan mostrou a decadência, porque o Pará não nos ajuda... Mas a estrada, por meio do nosso prefeito Osmar, foi até lá, patrolada, e arrumando cascalhamento.

Bom, é isso, não vou me delongar. Quero agradecer a todos. Vimos aqui em nome de tantos desbravadores da nossa região, nosso saudoso João Siqueira, que foi um desbravador daquela Gleba.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS QUESTÕES DOS LIMITES**  
**GEOGRÁFICOS ENTRE OS ESTADOS DE MATO GROSSO E PARÁ, REALIZADA NO DIA**  
**12 DE MAIO DE 2026, ÀS 9H.**

---

Desejo boa sorte a todos vocês em Brasília.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (NININHO) – Obrigado, Simon.

Só para lembrar que, quando você fala de 100 mil cabeças de gado, está falando mais especificamente da parte da Agrodito, mas quando você pega a área afetada, somente na região, né, Chico, de Alta Floresta até lá, isso multiplica.

Porque, naquela outra parte onde confronta com Alta Floresta, hoje já deve ter ali, Chico, acredito, mais de 30 mil hectares de lavoura, e ali há inúmeras cabeças de gados também, uma pecuária muito forte.

Somente a Bom Futuro, numa propriedade que eu arrendo, está chegando a 10 mil hectares de lavoura, e tem no período... Lá ela consorcia, chegou a ter 30 mil cabeças de gado lá dentro, em uma propriedade, e ali há inúmeros.

O número de propriedades ali, hoje, é muito grande e com potencial realmente, com característica, agora para se tornar agricultura onde consorcia com a agropecuária.

É isso, né, Chico? Mais ou menos. Chico tem mais informações.

O SR. CHICO GAMBA – Só queria pedir um aparte aqui, até para enfatizar a questão de Jacareacanga com Paranaíta, sendo que Jacareacanga leva um lucrinho muito grande ali das usinas, passaram por aqui, não retorna um centavo para aquelas pessoas ali, se beneficiam, e o recurso vai lá.

Estava comentando com Osmar aqui, acreditamos que em torno de uns 20 milhões por ano vão para o município de Jacareacanga, e não retorna um centavo.

Só para lembrarmos que é mais uma coisa importante para pôr na pauta, não é, Osmar?

O SR. OSMAR ANTÔNIO MOREIRA – É, e não é só esse dinheiro que a Prefeitura de Jacareacanga recebe, é a questão das casas de máquinas também, que estão no estado do Pará, e o ICMS e o ISSQN foram tudo para o Pará, muito grande.

O SR. PRESIDENTE (NININHO) – E a maior força oculta que nós temos em desfavor nosso são esses itens, principalmente da energia, que para eles isso realmente é um ganho muito grande.

Gostaria de ver se mais alguém quer fazer uso da fala. Nós já temos... Com o adiantar do horário, mas quero, depois, colocar aqui o nosso procurador para fazer o encerramento e dar... Mas o vereador Amado vai fazer uso da fala.

Peço a todos, agora, para sermos mais objetivo, só para poder encerrar.

O SR. AMADO SANTOS DE OLIVEIRA – Bom dia a todos.

Deputado Nininho, em seu nome, cumprimento a mesa; do prefeito Casciano, cumprimento a todos os prefeitos aqui.

O ser humano às vezes parece... Sou também vereador, presidente da associação e tenho demandas na Gleba Divisa, que passaram pelo processo quase igual a esse. Não sou jurídico, mas acredito que a primeira fala seria anulação do processo por erros.

Como que uma pessoa interessada como o Exército, a base aérea, vem fazer um levantamento em que ele é o principal beneficiário? Eu entraria com essa tese, não sou do jurídico nem tenho estudo para isso.

O meu estudo é convívio com pessoas que sofrem com marginalidade. No Vale do XV, que também conheço, as pessoas precisam passar por marginais, vender de forma ilegal o produto delas para poder contribuir.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS QUESTÕES DOS LIMITES**  
**GEOGRÁFICOS ENTRE OS ESTADOS DE MATO GROSSO E PARÁ, REALIZADA NO DIA**  
**12 DE MAIO DE 2026, ÀS 9H.**

---

Sei que, também, na Erodite, algumas pessoas fazem isso, porque não tem como uma pessoa pequena sair dali, daquela região, ir a Jacareacanga tirar um GTA para vender uma pequena quantidade de gado ou uma pequena quantidade de produto.

A União está marginalizando essas pessoas. O estado do Pará está marginalizando a população de Novo Mundo, Guarantã, Paranaíta, Alta Floresta, São José do Xingu e outras que vêm até aqui na ponta. Essas pessoas são marginalizadas pelo estado do Pará e marginalizadas pela União.

Nós devemos ter força em todos os municípios, fazer uma audiência, Deputado Nininho, que seja até local. Convença o Flávio Dino a um novo prazo, e faça essa audiência local para que tenhamos esse acesso de ser um brasileiro legal, legítimo.

Um mato-grossense que tem acesso à oportunidade de vender o que é dele e pagar o imposto dele para ser um homem de bem, não um marginal criado pelo Estado, pela União.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (NININHO) – Obrigado, vereador Amado.

Alguém mais pretende... O senhor Zilmar, vereador de Guarantã, vai fazer uso da fala.

O SR. ZILMAR ASSIS DE LIMA – Bom dia, bom dia a todos, bom dia, Deputado Nininho, que neste momento preside esta audiência, aos prefeitos, aos vereadores.

Para nós, guarantanhenses também é um motivo de satisfação, de alegria saber que há prefeitos e o Deputado imbuídos nessa luta.

Guarantã não é diferente dos demais municípios que aqui falaram. O vereador Amado falou muito bem. Infelizmente, o estado mais próximo, aliás, o município mais próximo de Guarantã é Novo Progresso, e aí Altamira, aproximadamente, há mil quilômetros ou mais um pouco de mil quilômetros, dificuldade muito grande.

O nosso prefeito, a Adriane Rippel está aí, tentou várias vezes a audiência para tentar um convênio, para poder recuperar as estradas do nosso município. Onde há escola, tem que trazer, levar as crianças para as escolas, e a estrada é muito... Há muita dificuldade para poder fazer esse trabalho aí, mas mesmo assim a prefeitura está fazendo o que pode.

Secretária de Saúde também está aqui e, conversando com ela aqui, o município dá assistência para os moradores de lá que vêm até o posto de saúde, que vêm fazer um tratamento lá. Então, fico assim pensando, por que foi feita essa decisão? Quando estava sob litígio, até o município podia fazer alguma coisa, hoje não pode fazer nada.

Mas fico feliz também. Ontem ainda, conversando com o senador Jayme Campos, ele falou que tem o apoio dele, Deputado Nininho. Senador Jayme Campos está imbuído também nessa luta. Já me disse também que conversou com o Dino, Flávio Dino, ministro, falando sobre essa situação.

Então é isso. Aqui, há os demais vereadores, nosso presidente Celso está aí, enfim, parabéns, parabéns aos prefeitos, parabéns ao Deputado, que está engajado nessa luta, porque é muito importante nós sanarmos esse problema, quem sabe retomar para Mato Grosso essa área, que vai ajudar e muito essas pessoas que vivem lá com essa indecisão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (NININHO) – Obrigado, vereador.

Para fazer uso da palavra, vereador Celso, presidente da Câmara de Guarantã.

O SR. CELSO HENRIQUE BATISTA DA SILVA – Bom dia a todos, que Deus os abençoe, primeiramente a Deus.

Parabenizar Nininho, a todos os Deputados envolvidos e, principalmente, a vocês, prefeitos. Acho que, quando há união... Juntar todo mundo com um objetivo, que é resolver.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS QUESTÕES DOS LIMITES**  
**GEOGRÁFICOS ENTRE OS ESTADOS DE MATO GROSSO E PARÁ, REALIZADA NO DIA**  
**12 DE MAIO DE 2026, ÀS 9H.**

---

Aquilo que eu sempre falo, nós, do Estado de Mato Grosso e o sul do Pará – aqui está o Casciano, meu prefeito, a quem tenho um respeito muito grande, comentamos muito... Mato Grosso e o sul do Pará, nós temos que ser respeitados porque nós somos produtores para o Brasil e o mundo.

Graças a Deus, Nininho, que vocês fizeram a frente, vocês estão fazendo e podem contar com a nossa região, porque tudo faz divisa lá. Aos prefeitos, eu os parablenho mais uma vez. Acho que esse é o objetivo.

No ano passado, mês de janeiro... É uma preocupação, como munícipe de Guarantã, 46 anos, nós sabemos a realidade, como buscar o que... Aquilo que eu sempre falo, quando você tem um documento, você é dono da sua propriedade, você começa a fazer as coisas.

O Indea faz um trabalho fantástico, a Adepará também, só que falta o respeito e a união. Eu tiro por base aqueles profissionais da própria Polícia Militar, que fazem ali, a realidade, muita coisa e ganham muito pouco por ser uma região de fronteira, e que às vezes não têm assistência completa.

Estivemos no Pará, no sul do Pará, conversando com o prefeito, o próprio governador, são 179 famílias ali que precisam de atenção, e que gasta tudo. São 17 aldeias indígenas que poderiam estar juntas com Guarantã do Norte levando e o município recebendo.

No ano passado, inclusive, perdemos emendas que iam ajudar aquelas famílias de lá. Nós estamos aqui para somar, e tem que ter realmente Executivo que respeite Câmara, e tudo soma, Assembleia, também o estado de Brasília, e fazer a diferença, e realmente fazer.

Porque nós não queremos o que é deles, nós só queremos realmente o respeito como cidadãos, contribuintes, e que seja o retorno, principalmente para a parte do Executivo, porque vocês fazem milagre.

Acho que esse é o caminho, e novamente digo, em nome da sociedade do Vale do XV e toda aquela região, aos presidentes de Câmaras também representando, é de suma importância fazer a união e todos estarmos juntos em Brasília dia 21.

Deus abençoe a todos.

O SR. PRESIDENTE (NININHO) – Obrigado, vereador.

Quero pedir, antes de passar a palavra para o doutor Ricardo, nosso procurador, que a doutora Bruna, diretora de cartografia do Intermap, levante aí, porque é uma grande parceira, junto com a doutora Lígia, e ela também sempre tem contribuído muito com a nossa demanda. Obrigado, doutora Bruna, por estar participando aqui conosco.

E gostaria que ficasse registrado. Essas situações são boas registrar porque nós precisamos levar isso. Nós vamos fazer um vídeo pegando esses pontos específicos, que são relevantes para nós colocarmos posteriormente, para que sejam apreciados lá.

O SR. ZILMAR ASSIS DE LIMA – Justamente, essa informação aqui acho que é muito importante.

O marco anteriormente era da Cachoeira do Curuá, da BR-163; acredito que vai dar aproximadamente uns 150 quilômetros, mais ou menos, da cidade da área urbana até esse marco antigo.

Até foi retirado o marco há pouco tempo, mas o pessoal que conhece lá, pessoal do Vale do XV, sabe que o marco é ali na Cachoeira do Curuá, a divisa é por ali, tá?

É essa informação, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (NININHO) – Maravilha, seria importante ter algo, algum registro de antes da retirada, se tiver, vereador, é importante – viu, doutor? –, para vermos todas essas

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS QUESTÕES DOS LIMITES**  
**GEOGRÁFICOS ENTRE OS ESTADOS DE MATO GROSSO E PARÁ, REALIZADA NO DIA**  
**12 DE MAIO DE 2026, ÀS 9H.**

---

informações para... Tenho um vereador que esteve aqui conosco, preciso até recapitular, que é de Vila Rica, que também tem a mesma situação, quero que ele contribua trazendo essas informações.

Agora, fazendo aqui o encerramento, indo para a reta final, vou passar, para falar, ao nosso procurador da Assembleia Legislativa, Ricardo Riva.

Desde já, Ricardo, quero em seu nome, do Bruno, mais uma vez, agradecer a toda a Procuradoria da Assembleia, que sempre, prontamente, está dando todo o suporte em qualquer demanda, não somente nessa, todas as demandas que são levadas por nós, pelas nossas comissões, sempre recebendo o apoio da Procuradoria.

O SR. RICARDO RIVA – Obrigado, Deputado Nininho.

Queria iniciar aqui cumprimentando Vossa Excelência, cumprimentando também o nosso prefeito de Paranaíta, prefeito Osmar; prefeito de Alta Floresta, prefeito Chico Gamba; prefeito Casciano, de Novo Mundo; na pessoa de vossas excelências, cumprimentar os demais vereadores, autoridades dos municípios.

Cumprimento também a nossa procuradora doutora Nelma e, na pessoa da senhora, doutora Nelma, cumprimentar também os demais procuradores e advogados que circunscrevem aqui essa causa.

Queria também, Deputado Nininho, parabenizar Vossa Excelência pelo excelente trabalho que tem feito nessa demanda. Faltando alguns dias para esse processo morrer, o senhor ligou para mim, para o doutor Bruno, pediu para, urgentemente, fazermos alguma coisa para não deixar esse processo ser extinto.

Fazer um embargo, um embargo de declaração que fosse, e nós fizemos o embargo, minutamos, até conversamos, falando: Deputado, seria bom o Estado entrar, porque o Estado que era parte.

Nós éramos apenas *amicus curiae*. E nós, como *amicus curiae*, resuscitamos essa demanda, e o Estado, por meio da Procuradoria-Geral do Estado, nos ajudou muito lá. Doutor Francisco, doutor Daniel pegaram a petição e protocolaram, e nós conseguimos rediscutir agora essa matéria.

Ato contínuo, o Deputado Nininho marcou essa audiência com o ministro Flávio Dino, uma audiência muito boa. O ministro Flávio Dino, relator da causa, nos atendeu muito bem, ouviu atentamente, e só de ele ter marcado essa audiência de conciliação já demonstra, ao meu ver, que ele está tendente a tomar uma decisão que seja minimamente favorável a Mato Grosso.

Pelo menos, pelo menos, acho que nós sairemos de lá com algum termo de cooperação, alguma compensação por tudo que esses municípios têm feito por essas regiões, por essas comunidades que estão localizadas no estado do Pará.

Só para fazer uma contextualização, essa ação nasceu com uma ação civil originária, Ação Civil Originária nº 714, proposta pelo Estado de Mato Grosso. E, só para vocês terem ideia, o ministro Marco Aurélio Mello, que era o relator, deu uma cautelar favorável ao Estado de Mato Grosso, suspendendo qualquer tipo de registro de imóveis ali na época. E essa cautelar vigorou por aproximadamente 10 anos.

Então, só por aí você já vê que é uma causa diferenciada, não é qualquer causinha de divisa de estado, de município. É uma causa que realmente chamou a atenção do ministro Marco Aurélio Mello, e só 10 anos depois que foi feita a perícia.

Ou seja, olha o tempo que se demorou para se realizar uma perícia e foi essa perícia feita pelo Exército, e acabou, de alguma forma, sendo favorável ao estado de Pará.

Mas continuamos o processo, entramos com uma ação rescisória também por via da Procuradoria do Estado. Depois, essa ação rescisória também foi julgada, entramos com agravo, o

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS QUESTÕES DOS LIMITES**  
**GEOGRÁFICOS ENTRE OS ESTADOS DE MATO GROSSO E PARÁ, REALIZADA NO DIA**  
**12 DE MAIO DE 2026, ÀS 9H.**

---

agravo foi julgado e entramos agora com o embargo de declaração, e esse embargo de declaração vai ser analisado pelo ministro Flávio Dino.

Acredito, Presidente Nininho, que temos que ter um plano inicial de pelo menos conseguir essas compensações, porque... Eu falo que o pressuposto de tudo isso aqui é o isolamento de uma região. Há uma região que está isolada.

Se não me engano, está uns 400 quilômetros de distância de atendimento de algum município que possa atender no estado do Pará, e acaba que quem faz os atendimentos na área de saúde, na área de educação, na área de segurança, na área sanitária, tributação, regularização, tudo é feito por Mato Grosso.

Então, Mato Grosso hoje fica com o ônus, com as despesas, e a receita, como já foi dito aqui, fica com o estado do Pará.

O SR. PRESIDENTE (NININHO) – Só interrompendo um minutinho, doutor.

Acho que, neste primeiro momento, nessa audiência de conciliação, nós vamos ter que levar para um termo de cooperação, que é mais imediato, enquanto vamos ver a linha que nós vamos traçar para rediscutir essa questão.

Nós não vamos abrir mão de buscar o direito de tentar rever essa decisão, que foi equivocada, mas acho que de imediato – acho que é isso, né? Os prefeitos que estavam conosco – é tentarmos fazer um termo de cooperação, que é imediato, e dar condições de atendimento a essas pessoas que ali moram.

O SR. RICARDO RIVA – Sim, Deputado, inclusive, acho que, até a partir desta audiência que nós estamos fazendo aqui, já seria importante o senhor ficar com a missão de indicar os nomes, acho que vai ter que ter representantes dos municípios, de bancada federal, do Estado, parlamentares.

O senhor é o Parlamentar responsável pela situação, já podemos, a partir desta audiência, indicar os nomes das pessoas que irão participar dessa audiência.

Ouvi atentamente aqui, vi a preocupação de todos, mas assim, até pela experiência que tenho nessa área, fez-me acreditar muito na Justiça.

Assim, as coisas, às vezes, demoram, né? É aquela coisa da Justiça tarda, mas não falha. E já vejo, como disse anteriormente, só de ter marcado essa audiência de conciliação, uma possibilidade de se resolver tanto a questão da compensação e até, a depender de como as coisas vão andar, sim, ver a questão dos limites.

Então, nós precisamos ter paciência, agir de forma estratégica, de forma inteligente, explanar para o ministro Flávio Dino tudo isso que foi dito aqui, e acho que imagens valem mais do que palavras.

Hoje, o doutor, advogado da Agrodito mostrou aqui a situação da escola ali. Acho que, se isso chegar ao ministro Flávio Dino, sem dúvida alguma, ele vai se sensibilizar e vai tender mais ainda ao nosso pleito, ao pleito do Estado de Mato Grosso.

Então, acho que nós temos que ter paciência, inteligência, agir estrategicamente e ir para essa audiência muito bem organizados. Acho que isso aqui já é uma excelente iniciativa do senhor Deputado, de fazer esta audiência, porque de alguma forma já vamos, além de ter as imagens, ter uma forma de organizar a nossa participação lá no dia 21.

Então, encerro aqui agradecendo a todos e colocando a nossa Procuradoria à disposição dos municípios, tá?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (NININHO) – Maravilha, doutor Ricardo.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER AS QUESTÕES DOS LIMITES**  
**GEOGRÁFICOS ENTRE OS ESTADOS DE MATO GROSSO E PARÁ, REALIZADA NO DIA**  
**12 DE MAIO DE 2026, ÀS 9H.**

---

Mais uma vez, leve a nossa gratidão a toda a Procuradoria e nós vamos estar juntos no dia 21 trabalhando essa tese.

Gostaria, Mariozan, de incumbir você junto com a dona Olga, nossa guerreira aí, que está dando suporte a esta audiência...

Queria que pegasse essa imagem desse mapa e nominasse, com coordenadas, os pontos onde fica o Salto Augusto, nominar Salto Augusto, Cachoeira das Sete Quedas, onde fica a cachoeira e onde fica o Salto das Sete Quedas, nominar com o nome, porque nós vamos fazer um vídeo para mostrar rapidamente isso ao ministro, porque a audiência não pode se alongar muito, então nós temos que ser bem objetivos.

Vamos tirar dessas falas todos os pontos principais. Essa imagem da escola vamos levar para mostrar, que é a única escola que tem. Vamos fazer mais um gráfico mostrando a região de Paranaíta que pertence a Jacareacanga, quantos quilômetros pela estrada para poder acessar o município.

Da região ali, Chico, de Alta Floresta, quantos quilômetros dão para acessar Novo Progresso e assim Guarantã, Novo Mundo, vamos pegar e fazer um gráfico, fazer um gráfico, onde dá para mostrar rapidamente essas questões.

E gostaria aqui ainda de pedir a todos os prefeitos, Mário... Mas já estamos convidando senadores, nós vamos levar algum federal, o Fábio Garcia já esteve na outra, vamos ver se convidamos mais um ou dois.

Não adianta também levar muita gente, porque chega lá o espaço não... Quero até... Vamos pedir para a nossa assessoria ver com a assessoria do ministro até quantas pessoas podem ir.

Gostaríamos de levar todos, mas não adianta, nós temos que ir.... Vamos levar alguns prefeitos, vamos levar os nossos senadores, vamos levar os procuradores, o procurador do Estado, que é quem vai dar suporte.

Então, vamos ver quantos que são possíveis e vamos depois fazer os convites para que possamos, no dia 21, ir lá e ser uma audiência produtiva.

Não adianta nós irmos lá com um monte de gente, fazer barulho, fazer vídeo e não trazer resultado nenhum. Nós queremos ir lá e trazer um resultado positivo. Então, vamos fazer esse trabalho agora.

Mas esse trabalho, Mariozan, de dados é muito importante. Esse trabalho aqui, doutor Ricardo, para mim é muito relevante, porque, quando nós pegarmos e nominarmos o Salto Augusto e o Salto das Sete Quedas – nós vamos chegar lá com o documento da criação do município em 1953 –, vai se deparar com a realidade, vai mostrar que o município foi criado baseado nesses dois pontos, que eram os das tais cartas cartográficas, que foram denominados pelo nosso saudoso Marechal Rondon.

Mas vou encerrar agradecendo a cada um de vocês que aqui estiveram, agradecendo todos os nossos prefeitos, vereadores aqui representando os prefeitos.

Agradecer muito doutor Bruno, que é o nosso entusiasta. Ele está, assim, se coçando porque não podia estar aqui. Ontem, ligou-me tarde da noite mandando esse trabalho que ele fez. Então, ele é muito comprometido e está muito entusiasmado em ajudar a resolver esse problema.

Então, quero deixar o nosso agradecimento e o agradecimento a você, Ricardo, que é o nosso procurador-geral.

Então, não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada esta audiência pública, e que Deus abençoe a todos, e um bom retorno a todos.